

PAISAGEM PROTEGIDA SERRA DO AÇOR

PLANO DE COGESTÃO

2026 – 2029



Comissão de Cogestão da PPSA

Arganil, 12 de agosto de 2026

Índice

ÍNDICE	2
ABREVIATURAS	5
1.ENQUADRAMENTO	6
1.1 Cogestão de áreas protegidas	6
1.2 Plano de cogestão	7
1.3 Comissão de Cogestão	7
1.4 Conselho Estratégico	8
1.5 Missão, Visão e Valores	9
1.6 Compromissos Estratégicos	9
2. CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM PROTEGIDA DA SERRA DO AÇOR	12
2.1 Território, população e economia	14
2.1.1 Arganil	14
2.1.2 Ocupação do Solo	14
2.1.3 Clima	18
2.2 Valores naturais	19
2.2.1 Flora	19
2.2.2 Fauna	20
2.3 Estruturas	22
2.3.1 Estruturas de apoio à visitação	22
2.3.2 Outras infraestruturas	22



3. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO	23
3.1 Fatores críticos	25
3.2 O que se pretende mudar?	27
3.3 Estratégia, eixos e áreas-chave de intervenção	28
4. AUSCULTAÇÃO DOS ATORES CHAVE	30
5. PROGRAMA DE MEDIDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS	31
5.1. EIXO 1 – Informação e Comunicação	32
5.2. EIXO 2 – Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável	36
5.3. EIXO 3 – Valorização de Estruturas de Visitação Existentes	38
5.4. EIXO 4 – Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica	41
5.5. EIXO 5 – Conservação e a gestão sustentável dos valores naturais	43
6. INSTRUMENTOS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	48
7. MONITORIZAÇÃO	49
8. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO	56
Anexo - Descrição Ações Específicas (Fichas da ação)	57

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa com os limites da PPSA	12
Figura 2 - Paisagem Protegida da Serra do Açor, com a Mata da Margaraça em primeiro plano...	13
Figura 3 - Usos do Solo PPSA – Megaclasses (COS 2023)	16
Figura 4 - Usos do Solo da PPSA - Classes da COS 2023	17
Figura 5 - Fraga da Pena, na PPSA, onde se evidencia a riqueza florística.....	19
Figura 6 - Mata da Margaraça	20
Figura 7 - Casa Grande, na Mata da Margaraça, onde se localiza o Centro de Interpretação	23

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Áreas-chave e eixos estratégicos do Plano de Cogestão da PPSA para 2026-2029	9
Tabela 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Abrangência da PPSA	14
Tabela 3 - População Residente nas Freguesias Pertencentes à PPSA	14
Tabela 4 - Uso Atual do Solo na PPSA (Megaclasses COS 2023)	15
Tabela 5 - Uso Atual do Solo na PPSA - Classes da COS 2023	17
Tabela 6 - Ações e Indicadores de Referência aplicáveis à cogestão na PPSA.....	50



Abreviaturas

AP - Área Protegida

AE Arganil - Agrupamento de Escolas de Arganil

ENCNB 2030 - Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

FENCAÇA - Federação Portuguesa de Caça

ICNF, I. P. - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

RJCNB - Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

PPSA - Paisagem Protegida Serra do Açor

APFCA - Associação de Produtores Florestais do Concelho de Arganil

UE – União Europeia

CMA – Câmara Municipal de Arganil

UC – Universidade de Coimbra

ESAC – Escola Superior Agrária de Coimbra

ONGAs – Organizações Não-Governamentais de Ambiente

JFB – Junta de Freguesia da Benfeita

1. Enquadramento

O plano de cogestão é o instrumento primordial de gestão da área protegida que *“determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia”* (alínea a), n.º 1, art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

O Plano de Cogestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA) constitui o referencial estratégico da gestão da área protegida para o período 2026 – 2029 e visa criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural com incidência específica nos domínios da promoção, sensibilização, comunicação e conservação.

É elaborado pela comissão de cogestão em observância com os preceitos legais e procedimentos aplicáveis, aplicando-se aos limites da PPSA e sempre que adequado, às zonas envolventes, circunscritas ao limite administrativo do município de Arganil, quando necessário à execução de medidas e ações previstas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável naquela área protegida.

O primeiro Plano de Cogestão da PPSA, para o triénio 2023 – 2025, incluiu os indicadores de realização estabelecidos no Anexo à Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, e esteve posteriormente em Consulta Pública, durante 20 dias úteis (de 3 a 30 de janeiro de 2023), tendo sido aprovada a versão final pela comissão de cogestão, em 28 de maio de 2023, após a ponderação da consulta pública.

Este Plano, foi aprovado pelo respetivo conselho estratégico, a 24 de maio de 2023, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

Finalizado o período de vigência do Plano de Cogestão 2023-2025, cumpre à Comissão propor a revisão do plano e apresentar um novo documento para o quadriénio 2026-2029, dando assim continuidade ao trabalho desenvolvido.

1.1 Cogestão de áreas protegidas

A cogestão das áreas protegidas foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, aplica-se às áreas protegidas de âmbito nacional que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas, está ancorada na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), e concretiza a transferência de competências para as autarquias locais, regulada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

A cogestão prossegue uma gestão de proximidade assente num modelo participativo e colaborativo, que perspetiva o reforço da atratividade e do desenvolvimento económico e social dos territórios que integram as áreas protegidas.

Neste modelo de gestão participam diversos atores, públicos e privados, envolvidos na comissão de cogestão e no conselho estratégico.

A comissão de cogestão assume as funções de órgão de administração e gestão, perante o Estado e a comunidade, com a missão de criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, que aproxime os cidadãos e as instituições relevantes, recorrendo a procedimentos participativos e concertados para um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade.

A atuação da comissão de cogestão incide especificamente nos domínios da **promoção, sensibilização, comunicação e conservação**, e está balizada nos princípios e nas normas legais e regulamentares aplicáveis às áreas protegidas, em especial as previstas no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB) e na ENCNB 2030, e não inclui a prática de atos reservados por lei ou regulamento à autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente a prática de atos permissivos relativos a atividades condicionadas na área protegida.

Nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, em 14 de novembro de 2025, o Município de Arganil apresentou ao ICNF, I. P., a proposta das entidades a integrar a comissão de cogestão para um novo mandato. A proposta foi posteriormente apresentada em reunião do Conselho Estratégico, em 21 de novembro de 2025, tendo sido aprovada por unanimidade e emitido o respetivo parecer favorável. Em 25 de novembro de 2025, o ICNF, I. P., emitiu igualmente parecer favorável.

O conselho estratégico é um órgão de natureza consultiva previsto no RJCNB e na estrutura orgânica da autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade.

No âmbito específico da cogestão da área protegida, ao conselho estratégico estão atribuídas competências de apreciação e pronúncia aos instrumentos de gestão, bem como de apoio à comissão de cogestão na execução dos mesmos.

1.2 Plano de cogestão

O Plano de Cogestão da PPSA é o instrumento de gestão que consagra a visão e a estratégia para prosseguir a valorização e a promoção do território, a sensibilização da comunidade e dos atores locais, e a melhoria da comunicação com interlocutores e utilizadores, consubstanciando um compromisso entre as entidades que integram a comissão de cogestão, ampliado por parcerias com outras entidades que atuam no território.

Este plano, concertado entre parceiros e mobilizador de sinergias, está suportado numa visão partilhada que assenta num diagnóstico prospetivo da área protegida, e materializa projetos e ações consideradas prioritárias para a valorização da PPSA, com indicação das respetivas fontes de financiamento e parceiros executores.

1.3 Comissão de Cogestão

O conselho estratégico da PPSA, reunido em 21 de novembro de 2025, emitiu parecer prévio favorável à integração na comissão de cogestão das entidades propostas pelo Município de Arganil.

A comissão de cogestão da PPSA foi designada no Despacho n.º 1992-B/2026, de 16 de fevereiro, do Ministro da Educação, Ciência e Inovação e da Ministra do Ambiente e Energia, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 32, de 16 de fevereiro de 2026, e integra:

- ✓ O Presidente da Câmara Municipal de Arganil, que preside;
- ✓ O Diretor regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pela Diretora do Departamento Regional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade do Centro;
- ✓ Um representante da Escola Superior Agrária de Coimbra;
- ✓ Um representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas, designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- ✓ Um representante da Junta de Freguesia de Benfeita, sendo substituída, nas situações de falta ou impedimento, por representante da União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra;
- ✓ Um representante da Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Arganil;
- ✓ Um representante da Universidade de Coimbra;
- ✓ Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P. (CCDR-C, I. P.).

A comissão de cogestão da PPSA foi designada para um mandato de 4 anos.

1.4 Conselho Estratégico

O conselho estratégico da PPSA integra representantes de diversas entidades, conforme estabelecido no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 78/2015, de 13 de maio, Despacho n.º 6084/2015, de 4 de junho, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, designadamente: do ICNF, I. P.; da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Agência Portuguesa do Ambiente; da Câmara Municipal de Arganil; da Junta de Freguesia da Benfeita; da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra; da Universidade de Coimbra; da Escola Superior Agrária de Coimbra; da Associação dos Amigos da Serra do Açor, das Associações de Produtores Florestais; das Organizações do Sector da Caça; da Entidade Regional de Turismo do Centro; dos Operadores de Turismo de Natureza; das Associações de Desenvolvimento local/regional; dos baldios da área da PPSA; das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área da PPSA; e até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

No âmbito estrito da cogestão, são competências do conselho estratégico:

- Apreciar e emitir parecer sobre os instrumentos de gestão ou outros assuntos submetidos pela comissão de cogestão;
- Apoiar a comissão de cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão;

- Apoiar a execução de medidas e ações do plano de cogestão;
- Propor soluções e elaborar recomendações à comissão de cogestão.

1.5 Missão, Visão e Valores

A Missão, Visão e Valores definidos para a implementação do modelo de cogestão na PPSA são os seguintes:

Missão: Criar, desenvolver e consolidar um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado na Paisagem Protegida da Serra do Açor, valorizando esta área protegida e melhorando a eficiência das interações entre os parceiros.

Visão: Pretende implementar o Plano de Cogestão definido para a Paisagem Protegida da Serra do Açor, entre 2026 e 2029, e afirmar-se como uma referência de gestão colaborativa e participativa de maior proximidade, inovando nas boas práticas de gestão e reconhecendo as Áreas Protegidas como áreas de demonstração em que é possível fazer diferente, trabalhando em rede e envolvendo as populações e os atores chave, na promoção da defesa do capital natural português.

Valores: cooperação, partilha, compromisso, transparência, comunicação.

1.6 Compromissos Estratégicos

Com base na identificação das áreas-chave de desenvolvimento prioritário do Plano de Cogestão da PPSA para 2026 – 2029 (identificadas no ponto 3.3 do presente documento), e tendo em conta as principais questões identificadas pelos atores chave da área protegida (elencadas no capítulo 5 do presente documento), foram definidos quatro eixos estratégicos de atuação, a seguir indicados:

Tabela 1 - Áreas-chave e eixos estratégicos do Plano de Cogestão da PPSA para 2026-2029

Áreas-chave	Eixos Estratégicos
Promoção da identidade territorial; Divulgação dos valores naturais e culturais; Comunicação institucional da cogestão; Sensibilização ambiental; Promoção turística sustentável; Divulgação do património paisagístico; Valorização da imagem da PPSA; Comunicação de boas práticas ambientais	Eixo 1: Informação e Comunicação
Educação ambiental; Envolvimento da comunidade local; Sensibilização para prevenção de incêndios; Promoção de práticas sustentáveis; Valorização dos recursos endógenos; Desenvolvimento sustentável do território; Participação comunitária; Capacitação e formação ambiental	Eixo 2: Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável
Requalificação de trilhos e percursos pedestres; Valorização de centros interpretativos; Melhoria da sinalética; Valorização de miradouros e zonas de lazer; Recuperação de estruturas de apoio ao visitante; Promoção do turismo de natureza; Acessibilidade e fruição do território	Eixo 3: Valorização de Estruturas de Visitação Existentes
Monitorização de habitats e espécies; Estudos de biodiversidade; Investigação científica aplicada; Monitorização dos recursos hídricos; Avaliação de impactes ambientais; Cartografia e inventário do património natural; Estudos sobre alterações climáticas; Monitorização de espécies invasoras	Eixo 4: Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica
Conservação da biodiversidade; Gestão sustentável da floresta; Recuperação de habitats degradados; Conservação dos ecossistemas ribeirinhos; Proteção da fauna e flora autóctone; Controlo de espécies invasoras; Promoção da conectividade ecológica; Gestão sustentável dos recursos naturais; Resiliência ecológica e adaptação climática	Eixo 5: Conservação e a gestão sustentável dos valores naturais

Sistematizam-se a seguir os compromissos estratégicos entre as entidades integrantes da comissão de cogestão da PPSA, tendo como objetivos principais a **valorização**, a **promoção**, **comunicação** e **conservação** da área protegida traduzidos em cinco compromissos estratégicos considerados prioritários para o seu desenvolvimento sustentável:

Compromisso estratégico I

Promover a informação, comunicação e dinamização do modelo de cogestão

Desenvolvimento de ações específicas, que visem a dinamização do modelo de cogestão, como a criação de um portal eletrónico informativo, a realização de workshops de diagnóstico sobre a área protegida, sessões de esclarecimento públicas, seminários e congressos. Assume-se o compromisso de elaboração de um plano de sensibilização e comunicação, sobre o capital natural existente na PPSA através do desenvolvimento de medidas de informação e sensibilização, sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas de usufruição do território, incluindo sinalética, guias interpretativos, vídeos promocionais e exposições temáticas dos valores naturais. Implementando estratégias de divulgação e de sensibilização para os valores em presença e para a conservação da natureza junto de toda a população, residente e visitante, assim como dos vários grupos económicos, associativos, ou outros, que desenvolvem as suas atividades nesta área.

Compromisso estratégico II

Promover a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável

Acompanhando o dinamismo da evolução de conceitos a nível mundial, a Educação Ambiental (EA) é atualmente entendida no contexto mais amplo do desenvolvimento da cidadania informada e ativa, que garanta o envolvimento e o compromisso de cada um individualmente e das organizações para um futuro sustentável. A EA é assim fundamental para formar indivíduos atentos e preocupados com os problemas ambientais e que busquem a conservação e preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade.

Compromisso estratégico III

Promover a valorização de estruturas de visitação existentes na PPSA

Valorização e constituição de rotas e percursos e ainda a manutenção de espaços e estruturas de visitação, cada vez mais fundamental para formar indivíduos atentos e preocupados com os problemas ambientais e que busquem a conservação e preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade.

Fomento da salvaguarda e promoção dos valores ambientais e paisagísticos, para valorizar a fruição pública e em segurança, ao dinamizar atividades que robustecem a economia, como o turismo de Natureza (de forma regradada e sustentável) e também a requalificação e o reordenamento dos espaços de apoio a essas atividades, qualificando e reforçando as infraestruturas e equipamentos, que se encontram devolutas

Compromisso estratégico IV

Promover Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica

Promoção da investigação científica e do conhecimento dos ecossistemas e dos principais fatores de ameaça, bem como monitorização dos habitats e espécies, contribuindo, desta forma, para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico.

Atualização de informação e colmatação das lacunas relevantes de conhecimento do património natural (espécies, cartografia de habitats e ecossistemas e seus serviços), a respetiva integração em sistemas de informação e de monitorização, como suportes essenciais para garantir a eficácia e eficiência das medidas de proteção e gestão em vigor, para definir medidas e instrumentos adicionais a adotar na PPSA, garantindo a sua sustentabilidade.

Compromisso estratégico V

Conservação e a gestão sustentável dos valores naturais

Desenvolvimento de ações que visem assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos mais atuais, a conservação dos habitats e das espécies de fauna e flora protegidas e permitam corrigir os processos que possam conduzir à degradação dos valores naturais e paisagísticos em presença, criando condições para a sua conservação e valorização.

Desenvolvimento de ações que visem o restauro dos habitats e das populações de espécies da flora e da fauna protegidas ou com estatuto de ameaçadas, contribuindo para o restabelecimento de um estado de conservação favorável.

Promoção da conservação e recuperação dos habitats naturais e ecossistemas afetados pelos incêndios rurais de 2017 e 2025, através da implementação de ações de restauro ecológico, valorização da regeneração natural e recuperação da funcionalidade ecológica da paisagem.

Valorização da biodiversidade e dos valores naturais existentes na PPSA, promovendo a proteção da fauna, flora e habitats prioritários, bem como a conservação dos ecossistemas ribeirinhos e corredores ecológicos.

Promoção de modelos de gestão florestal sustentável, assentes na diversificação da paisagem, na utilização de espécies autóctones mais resilientes e na criação de mosaicos de gestão de combustível, contribuindo para a redução do risco de incêndio e aumento da resiliência do território.

Implementação de medidas de controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras, promovendo a recuperação da vegetação autóctone e a melhoria da qualidade ecológica dos habitats naturais.

Valorização dos serviços dos ecossistemas e dos recursos naturais, incentivando práticas compatíveis com a conservação da natureza, adaptação às alterações climáticas e sustentabilidade ambiental do território.

Promoção de ações de conservação da paisagem e de prevenção de riscos naturais, reforçando a capacidade de adaptação e recuperação dos ecossistemas face aos efeitos das alterações climáticas e à recorrência de incêndios rurais.

Fomento da cooperação entre entidades públicas, privadas, comunidade científica, associações e população local, promovendo uma abordagem integrada e participativa na conservação e gestão sustentável dos valores naturais da paisagem protegida.

2. Caracterização da Paisagem Protegida da Serra do Açor

A PPSA situa-se na Região Centro, em Portugal Continental. Pertence à NUT III, Região de Coimbra, cobrindo uma superfície de 382 ha em território pertencente ao distrito de Coimbra, no concelho de Arganil e entre as freguesias de Benfeita e Cerdeira e Moura da Serra.

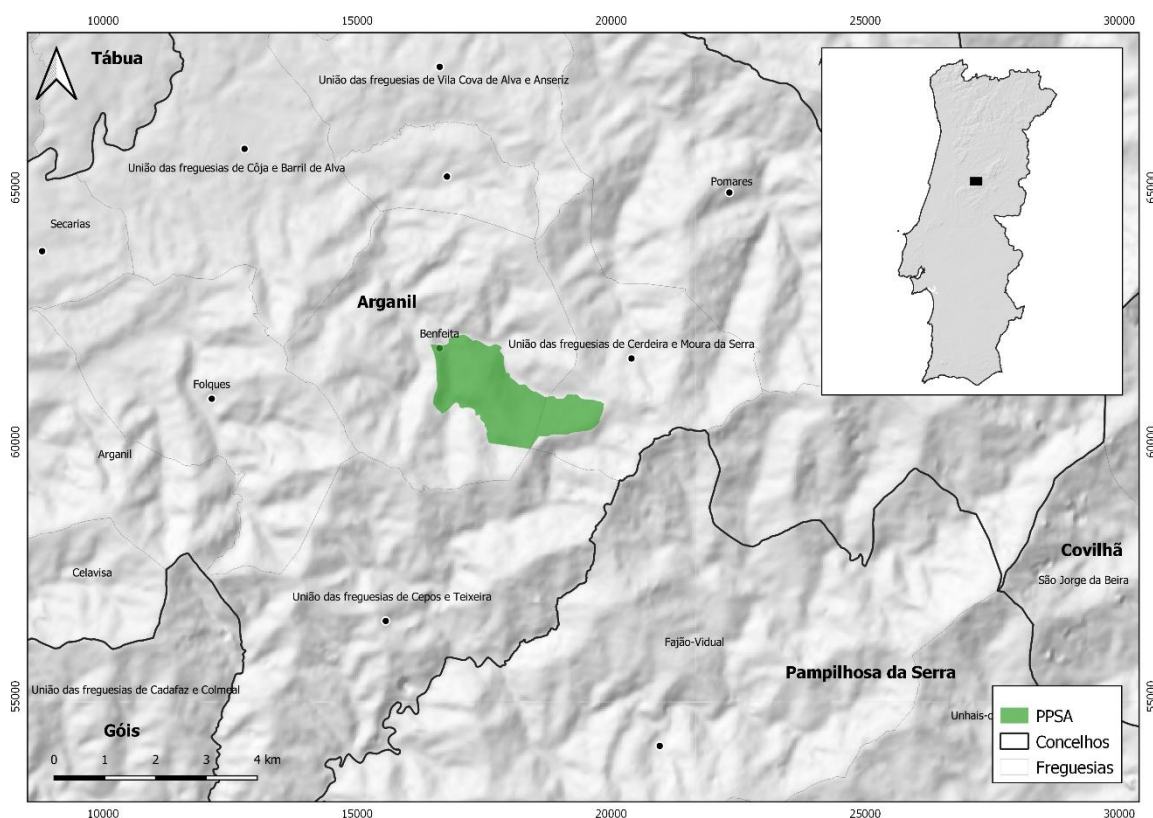


Figura 1 - Mapa com os limites da PPSA (Fonte: ICNF)

A aldeia de Pardieiros é o único aglomerado urbano totalmente inserido na PPSA, pertencendo este à freguesia de Benfeita, estando localizada entre a Fraga da Pena e a Mata da Margaraça. Existem, no entanto, algumas aldeias na periferia da PPSA, nomeadamente: Enxudro, Sardal, Pai das Donas, Luadas, Relva Velha, Parrozelos, Monte Frio e Moura da Serra, todas elas pertencentes ao concelho de Arganil.

A PPSA foi criada em 1982, através do Decreto-Lei n.º 67/82, de 3 de março, e teve como principal objetivo a proteção dos valores culturais, naturais e recreativos aí presentes.

A sua criação, resultado de um longo processo, teve como objetivo principal a preservação da Mata da Margaraça, uma floresta de vegetação primitiva que cresce nas encostas xistosas, com a presença de inúmeras espécies e habitats com elevado interesse de conservação, e que pelas suas características, pela sua raridade e /ou valor científico, pelos seus habitats, nos permitem ter um conhecimento mais alargado da evolução da floresta portuguesa e dos processos ecológicos.

A serra do Açor é dominada por xistos, com dobras e fraturas que originam um tipo de relevo característico, com grandes quedas de nível, linhas de água encaixadas e onde se encontram acidentes geológicos, como a Fraga da Pena.



Figura 2 - Paisagem Protegida da Serra do Açor, com a Mata da Margaraça em primeiro plano

A Fraga da Pena, um curioso acidente geológico esconde uma cascata ladeada de frondosa vegetação, cenário que não deixa de surpreender na serra do Açor. Localiza-se num pequeno desvio da estrada que liga Benfeita a Pardieiros. Existem diversas quedas de água, constituindo um local de grande importância paisagística.

As margens da linha de água conservam ainda alguns exemplares antigos de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), azereiro (*Prunus lusitanica ssp lusitanica*), azevinho (*Ilex aquifolium*), castanheiro (*Castanea sativa*), adernos (*Phillyrea latifolia*), entre outras.

Localizada mais próximo da povoação de Pardieiros, encontra-se a Mata da Margaraça, que ocupa cerca de 68 ha numa vertente de exposição N-NW, entre os 600-850m de altitude. Esta mata constitui uma das raras amostras de vegetação natural das encostas xistosas do centro de Portugal.

Trata-se de uma floresta dominada por castanheiro (*Castanea sativa*) e carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), que coexistem com outras espécies igualmente relevantes. Esta mata permite o crescimento de comunidades muito diversificadas, nomeadamente de fungos, briófitos e animais que encontram aqui o seu habitat preferencial.

Em 2007, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2007, foi aprovado o Plano de Ordenamento da Área de PPSA.

2.1 Território, população e economia

2.1.1 Arganil

Situada na região da Beira Litoral, Arganil tem vindo a diminuir a sua população, à semelhança de toda a zona envolvente. De acordo com os últimos Censos realizados em 2021, a densidade populacional no concelho inserido na PPSA é de 33,25 habitantes/km². O concelho de Arganil possui baixa densidade populacional e tem vindo a perder população ao longo dos últimos 40 anos (tabela 2).

Tabela 2 - Evolução da População Residente no Concelho de Abrangência da PPSA

Concelho	1981	1991	2001	2011	2021	Diferencial 1981-2021
Arganil	15.507	13.926	13.623	12.145	11.067	↓ 4.440
Em percentagem		-10,2	-2,2	-10,8	-8,9	-28,6

A população residente nas freguesias pertencentes à PPSA (Benfeita e União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra) representa 7,11% da totalidade de habitantes do concelho (tabela 3).

Tabela 3 - População Residente nas Freguesias Pertencentes à PPSA

Concelho	Nº de habitantes 2021	Freguesia	População em 2021	% em relação à População do Concelho
Arganil	11 068	Benfeita	415	3,75
		Cerdeira e Moura da Serra	372	3,36
TOTAL			787	7,11

O abandono da agricultura e as transformações ao nível do uso do solo, aliados a uma elevada migração da população mais jovem para as grandes cidades, leva a que a população que permanece no território esteja já envelhecida, estando este muito dependente do turismo de natureza, realizado de forma responsável e evitando assim prejudicar a paisagem (in: Plano de Ordenamento da PPSA aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 183/2008 de 24 de novembro).

2.1.2 Ocupação do Solo

O conhecimento da ocupação atual do solo constitui um elemento fundamental para a compreensão da estrutura e dinâmica da Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA), permitindo

identificar os principais usos do território e apoiar a definição de medidas de gestão, conservação e valorização dos seus recursos naturais.

Atendendo a que a informação da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) disponibilizada pelo Sistema Nacional de Informação Geográfica (SNIG) para 2023 se encontra apenas referente ao Nível 4, procedeu-se à sua agregação hierárquica para obtenção de uma camada correspondente ao Nível 1 da nomenclatura COS. Esta necessidade decorre do facto de a cartografia COS Nível 1 disponível se reportar apenas a 2018, verificando-se diferenças espaciais e temáticas relevantes entre esta e a COS 2023, associadas quer à evolução da ocupação do solo, quer a atualizações metodológicas e de produção cartográfica.

O processo consistiu na reclassificação das classes de Nível 4 para as respetivas classes agregadas de Nível 1, seguida da dissolução dos polígonos com a mesma classificação temática. Esta abordagem permitiu assegurar a consistência temática e geométrica dos dados utilizados, evitando a introdução de discrepâncias associadas à utilização direta da cartografia COS Nível 1 de 2018.

Deste modo, a camada de COS Nível 1 utilizada na análise foi derivada diretamente da COS 2023, garantindo a coerência metodológica, a uniformidade da base cartográfica de referência e a comparabilidade dos resultados obtidos.

A análise das megaclasses da Carta de Ocupação do Solo (COS) de 2023, apresentada na Tabela 4, evidencia o claro predomínio dos espaços florestais, que ocupam 287,37 hectares, correspondendo a cerca de 77% da área total da PPSA. Esta realidade confirma a forte vocação florestal da área protegida e a importância dos seus povoamentos arbóreos na estrutura da paisagem.

Os matos constituem a segunda classe de ocupação mais representativa, abrangendo 67,20 hectares (18%), desempenhando um papel relevante na conservação da biodiversidade, na proteção dos solos e nos processos de regeneração natural dos ecossistemas. As áreas agrícolas apresentam uma expressão reduzida, ocupando 14,64 hectares (4%), encontrando-se associadas sobretudo às zonas tradicionalmente utilizadas pelas populações locais. Por sua vez, os territórios artificializados possuem uma representatividade residual, com apenas 4,17 hectares (1%), correspondendo essencialmente ao aglomerado populacional de Pardieiros.

Em termos globais, verifica-se que os espaços florestais e seminaturais representam cerca de 95% da área da PPSA, evidenciando o elevado grau de naturalidade deste território e o seu importante valor ecológico, paisagístico e de conservação.

Tabela 4 - Uso Atual do Solo na PPSA (Megaclasses COS 2023)

Megaclasses	Área (ha)	Área (%)
Territórios artificializados	4,16	1
Agricultura	14,73	4
Florestas	290,53	76
Matos	73,95	19
Total	383,4	100

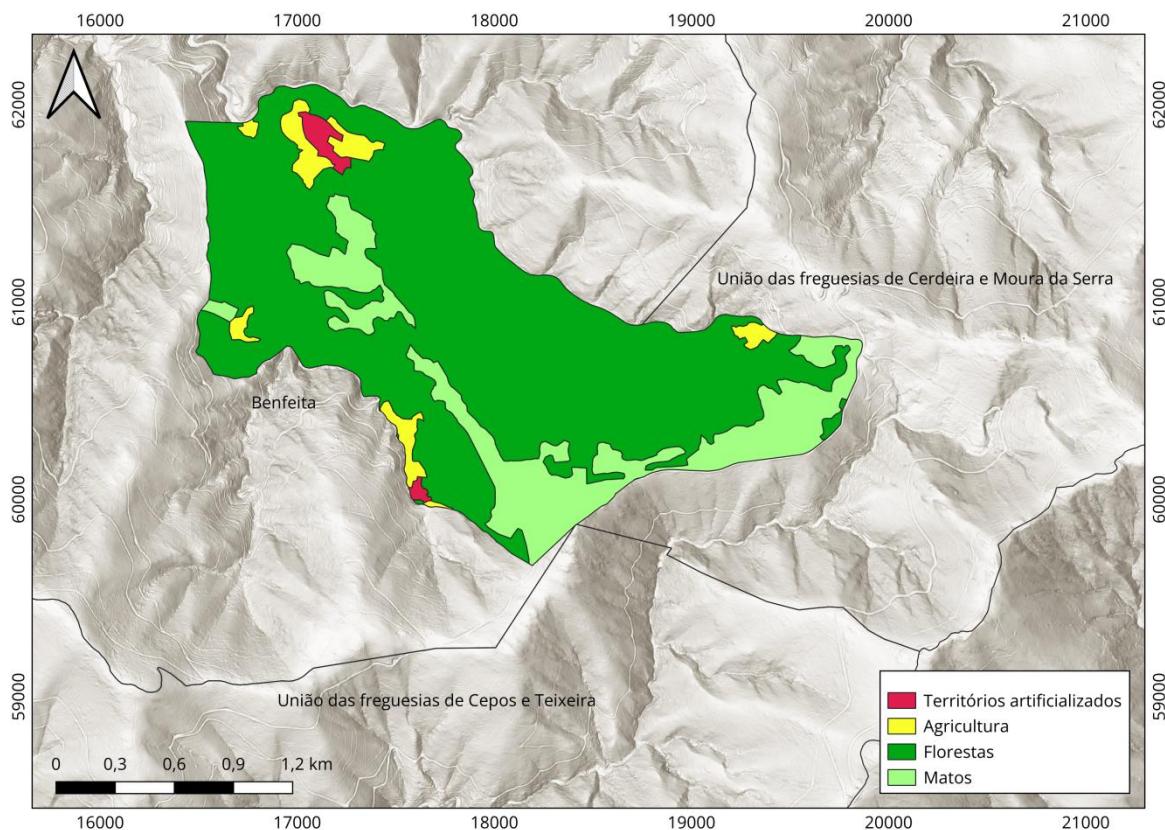


Figura 3 - Usos do Solo PPSA – Megaclasses (COS 2023)

A desagregação das megaclasses da Carta de Ocupação do Solo (COS) em classes mais detalhadas permite uma caracterização mais rigorosa dos diferentes usos e coberturas presentes na Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA). Esta abordagem possibilita identificar os principais tipos de povoamentos florestais existentes, distinguir as diferentes ocupações agrícolas e reconhecer outras formas de utilização do território.

A análise das classes da COS 2023 permite compreender com maior detalhe a estrutura da paisagem da área protegida, evidenciando a predominância de determinados tipos de vegetação e a sua distribuição espacial. Esta informação constitui um importante suporte à gestão e conservação da PPSA, permitindo orientar ações de valorização dos habitats naturais, de recuperação ecológica e de gestão sustentável dos recursos existentes.

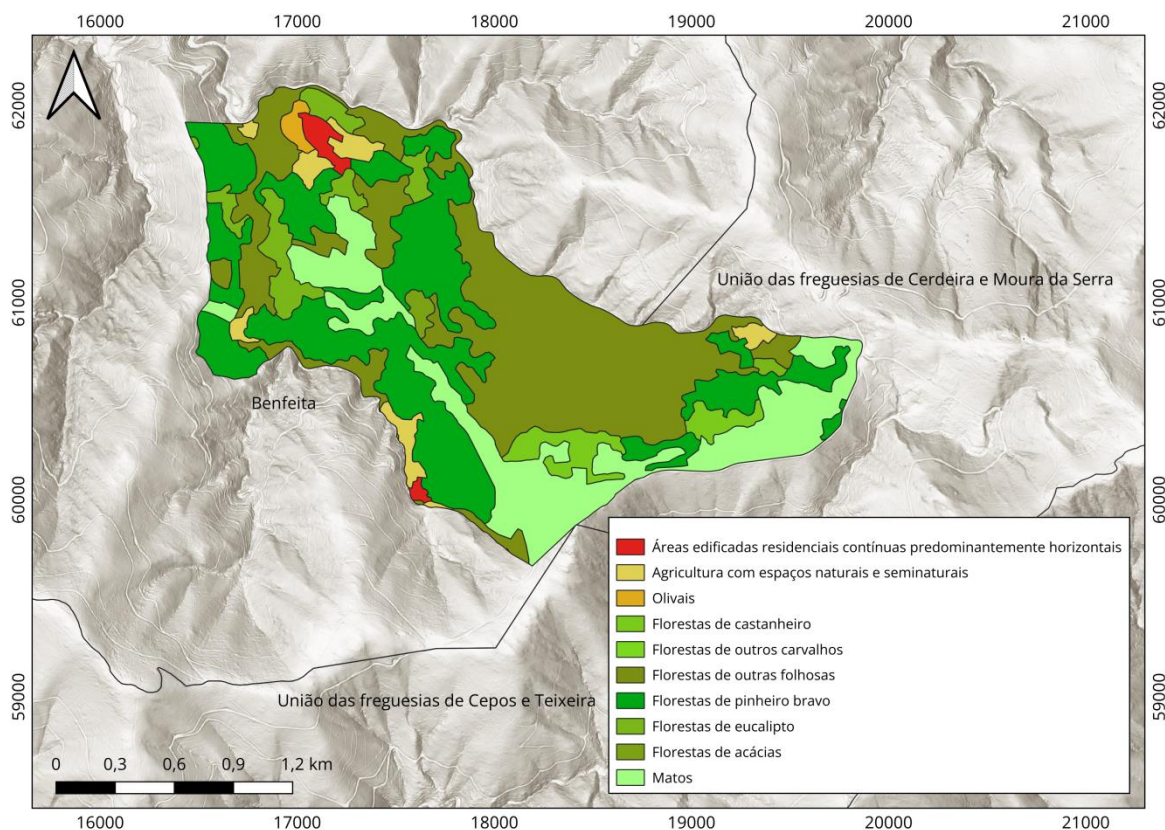


Figura 4 - Usos do Solo da PPSA - Classes da COS 2023

Tabela 5 - Uso Atual do Solo na PPSA - Classes da COS 2023

Megaclasse	Área (ha)	Área (%)
Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	4,16	1
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	12,37	3
Olivais	2,36	1
Florestas de castanheiro	12,76	3
Florestas de outros carvalhos	0,02	0
Florestas de outras folhosas	136,60	36
Florestas de pinheiro bravo	119,81	31
Florestas de eucalipto	19,20	5
Floresta de acácias	2,15	1
Matos	73,95	19
Total	383,4	100

Da análise detalhada da Tabela 5 verifica-se que a Paisagem Protegida da Serra do Açor apresenta uma ocupação do solo marcadamente florestal e seminatural. As florestas de outras folhosas constituem a classe mais representativa, ocupando 133,84 hectares (36% da área total), seguindo-se as florestas de pinheiro-bravo, com 119,58 hectares (32%). Em conjunto, estas duas classes representam cerca de 68% da área da PPSA, assumindo-se como os elementos dominantes da paisagem e refletindo a importância ecológica e paisagística destes povoamentos.

Os matos correspondem à terceira classe com maior expressão territorial, ocupando 67,20 hectares (18%), o que evidencia a relevância das formações arbustivas na estrutura ecológica da área protegida. Estas áreas desempenham funções importantes ao nível da conservação da biodiversidade, proteção do solo, regeneração natural da vegetação e suporte à fauna silvestre.

Entre as restantes ocupações destacam-se as florestas de eucalipto, com 19,09 hectares (5%), e as florestas de castanheiro, que ocupam 12,69 hectares (3%). As áreas classificadas como agricultura com espaços naturais e seminaturais representam igualmente cerca de 3% da área total (12,28 hectares), evidenciando a reduzida expressão da atividade agrícola no interior da PPSA.

Os olivais ocupam apenas 2,36 hectares (1%), enquanto as florestas de acácias representam cerca de 2,15 hectares (1%). Apesar da sua reduzida dimensão, estas áreas merecem especial atenção em termos de gestão, particularmente no caso das acácias, por se tratar de uma espécie exótica invasora com potencial de expansão e impacto negativo sobre os habitats naturais.

O tecido edificado contínuo predominantemente horizontal apresenta uma representatividade residual, correspondendo a apenas 4,17 hectares (1%), estando associado essencialmente ao núcleo habitacional de Pardieiros. As florestas de outros carvalhos possuem uma expressão praticamente inexistente na COS 2023, com apenas 0,02 hectares registados.

Globalmente, verifica-se que as formações florestais ocupam cerca de 77% da área da PPSA, valor que, quando conjugado com os matos, eleva para aproximadamente 95% a ocupação por espaços naturais e seminaturais. Esta realidade evidencia o elevado grau de naturalidade da área protegida, bem como a importância da conservação dos seus ecossistemas florestais e habitats associados.

2.1.3 Clima

A baixa espessura dos solos na maior parte da serra do Açor, associada a grandes declives, resulta em cursos de água frequentes, mas de regime torrencial, caracterizados por um caudal elevado e períodos de estiagem prolongados nos meses mais quentes.

A sua localização geográfica torna a serra do Açor um espaço de transição entre áreas de clima mediterrânico e zonas de marcada influência atlântica. Com efeito, a serra situa-se numa área de clima pré-atlântico, sub-húmido, sofrendo influência atlântica nas vertentes expostas a NW, como acontece na Mata da Margaraça, e influência mediterrânica nos vales abrigados e nas encostas viradas a SE.

No que diz respeito às temperaturas, estas apresentam médias que variam entre os 6,9°C no Inverno e os 21,4°C, durante o Verão.

A distribuição da precipitação na serra do Açor permite uma divisão clara em dois períodos, um chuvoso que decorre entre os meses de outubro a maio, caracterizado em média pela existência de 10 a 14 dias de chuva por mês, e outro seco, incidindo nos meses de junho a setembro,

caracterizado, em média, por 2 a 7 dias de precipitação, segundo o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arganil.

2.2 Valores naturais

A PPSA apresenta valores naturais de elevado interesse conservacionista, pelas suas características geomorfológicas, riqueza florística e faunística e pela sua elevada diversidade ambiental.

2.2.1 Flora

Do conjunto de biótopos destacam-se os carvalhais, os bosques de espécies da laurissilva como o loureiro (*Laurus nobilis*) e o azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), as galerias ribeirinhas e os bosques de azevinho (*Ilex aquifolium*). Todavia, podem ser observadas também as comunidades que se desenvolvem sobre substratos rochosos, urzais, giestais, soutos, povoamentos de sobreiro e pinhais. Até agora, ao nível da flora, estão referenciadas para a PPSA 336 diferentes espécies.



Figura 5 - Fraga da Pena, na PPSA, onde se evidencia a riqueza florística

A Mata da Margaraça é uma relíquia da floresta primitiva, típica das encostas xistosas do centro do país, constituindo uma área com interesse científico e para a conservação da natureza.



Figura 6 - Mata da Margaraça

Dominam o estrato arbóreo o carvalho-roble ou alvarinho (*Quercus robur*), e o castanheiro (*Castanea sativa*), existindo alguns exemplares muito antigos destes últimos. Embora menos abundantes encontram-se ainda outros exemplares de folha caduca, tais como aveleiras (*Corylus avellana*), ulmeiros (*Ulmus minor*), cerejeiras (*Prunus avium*) e nogueiras (*Juglans regia*).

Esta mata caracteriza-se pela presença de elementos de cariz mediterrânico, como o medronheiro (*Arbutus unedo*), o folhado (*Viburnum tinus*) e o loureiro (*Laurus nobilis*). A sua flora é muito interessante, encontrando-se aqui a maior população conhecida de azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*) de toda a sua área de distribuição.

2.2.2 Fauna

Os biótopos que constituem esta área protegida possibilitam a existência de uma fauna bastante diversificada e a ocorrência de alguns endemismos ibéricos que incrementam o seu valor ecológico e natural. De entre os biótopos mais relevantes para a fauna destacam-se as florestas de folhosas, incluindo as galerias ripícolas, os matos e as áreas agrícolas e de olival.

Estão inventariadas no total 423 espécies de invertebrados e 117 de vertebrados, destacando-se quatro espécies de invertebrados que se encontram protegidas por documentos estruturantes da política de conservação da natureza, a nível internacional como a vaca-loura (*Lucanus cervus*), a Fritilária-dos-lameiros (*Euphydryas aurinia*) e a Calimórfa-de-Quatro-Pintas (*Euplagia quadripunctaria*).

Destaque também para a existência de 3 endemismos ibéricos, designadamente a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) com o estatuto de Vulnerável, no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, o tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*) e a rã-ibérica (*Rana ibérica*), espécies estas que estão incluídas na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), com estatuto de Quase Ameaçadas.

Estão também inventariadas 11 espécies de répteis na PPSA, todas elas protegidas pela Convenção de Berna, com destaque para o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), também incluído na Lista Vermelha da UICN e a víbora-cornuda (*Vipera latastei*), incluída no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

A diversidade de biótopos permite também a presença de um grande número de aves. Destacam-se, neste grupo, o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), que se encontra no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal com o estatuto de “Em Perigo”, e o açor (*Accipiter gentilis*), juntamente com a coruja-do-nabal (*Asio flammeus*) e a felosa-das-figueiras (*Sylvia borin*), que são apresentados, pelo mesmo documento como “Vulneráveis”.

É ainda mencionado um endemismo ibérico, a felosinha-ibérica (*Phylloscopus ibericus*).

Aqui, habitam também espécies como a coruja-do-mato (*Strix aluco*), o chasco-preto (*Oenanthe leucura*), o búteo ou águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*) e o pombo-toraz (*Columba palumbus*), algumas incluídas no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.

A existência de plantas que produzem sementes e frutos comestíveis possibilita alimento a vários mamíferos, como o javali (*Sus scrofa*), apesar da presença desta espécie ter alguns efeitos indesejáveis na PPSA.

Incluídas no Anexo III da Convenção de Berna, existem nove espécies, sendo elas o ouriço-cacheiro (*Erinaceus europeus*), o musaranho-de-dentes-brancos (*Crocidura russula*), a lebre (*Lepus granatensis*), o esquilo-vermelho (*Sciurus vulgaris*), a doninha (*Mustela nivalis*), a fuinha (*Martes foina*), o texugo (*Meles meles*), a geneta (*Genetta genetta*) e o sacarrabos (*Herpestes ichneumon*).

Destacam-se também, os morcegos, por se encontrarem quase todos abrangidos por diversos estatutos de proteção, o que os torna particularmente interessantes do ponto de vista da conservação, designadamente o morcego-de-bechstein (*Myotis bechsteinii*), considerado como “Em Perigo” no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal e como “Vulnerável” na Lista Vermelha da UICN.

Refere-se também a existência de três endemismos ibéricos, nomeadamente o musaranho-de-dentes-vermelhos (*Sorex granarius*), a toupeira (*Talpa occidentalis*) e o rato-cego (*Microtus lusitanicus*).

De referir ainda o significativo aumento nos últimos anos da população de corço (*Capreolus capreolus*) principalmente no interior da Mata da Margaraça.

2.3 Estruturas

2.3.1 Estruturas de apoio à visitação

O Centro de Interpretação, instalado na Casa Grande, e a Casa da Eira constituem infraestruturas existentes na PPSA, que servem também de apoio ao visitante.

A Casa Grande, situada na Mata da Margaraça, junto à estrada que liga Pardieiros a Monte Frio, caracteriza-se por um centro de interpretação, aberto de segunda a sexta, onde se pode encontrar informação diversa sobre a área protegida e região envolvente, para qualquer visitante que pretenda explorar este território. Esta informação assenta essencialmente em temáticas ligadas aos valores naturais da região.

Possui também uma sala de apoio que permite receber grupos de visitantes para a realização de palestras, reuniões ou ações de educação ambiental.

A Casa da Eira é um edifício que outrora serviu como um pequeno núcleo museológico e hoje em dia funciona como pequeno armazém.

O Trilho, com cerca de 1 km, que liga a Casa Grande e a Casa da Eira, possibilita aos visitantes um contacto direto com a Mata e a observação dos valores naturais existentes, com o apoio de placards informativos sobre fauna e flora.

2.3.2 Outras infraestruturas

Para além das referidas estruturas de apoio à visitação existem outras edificações e equipamentos inseridos na área da PPSA, associados quer à sua gestão, quer ao recreio e turismo da região.

São estes:

- Fornos de refugos;
- Moinhos junto à ribeira da Mata (Azenha);
- Zona de lazer na Fraga da Pena;
- Alojamentos rurais em Pardieiros;
- Igreja de Pardieiros;
- A Garagem da Casa Grande, edificação localizada próximo do Centro de Interpretação;
- Casa das Lamaceiras e Casa dos Caseiros.



Figura 7 - Casa Grande, na Mata da Margaraça, onde se localiza o Centro de Interpretação

3. Diagnóstico prospetivo

Conforme referido no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas, estes espaços são alvo de uma procura crescente por diferentes grupos de interesse, designadamente pelas pessoas que pretendem uma experiência autêntica de contacto com a natureza.

Assim, a natureza é neste quadro, o elemento agregador que norteia a cogestão das áreas protegidas. Neste contexto, a realização de uma análise que pudesse clarificar e caracterizar as áreas chave para intervenção na PPSA, tornou-se imprescindível, tendo-se realizado uma análise SWOT, com o objetivo de definir a estratégia de atuação e cujos resultados são aqui apresentados.

Tabela 6 – Matriz SWOT da PPSA

Pontos Fortes
▪ Rede Natura 2000 - Zona Especial de Conservação Complexo do Açor
▪ Habitats e espécies prioritárias para a conservação da natureza
▪ Elevada biodiversidade
▪ Mata da Margaraça
▪ Fraga da Pena
▪ Elevado potencial para o desenvolvimento de projetos de investigação científica, nas áreas de conservação da natureza
▪ Centro Interpretativo renovado, com painéis explicativos e interativos
▪ Facilidade de combinação do valor natural, da vivência quotidiana e da qualidade de vida de quem visita e de quem recebe
▪ Percursos Pedestres com elevado interesse paisagístico
▪ Pouca pressão turística
▪ Localização ideal para quem quer estar longe de cidades

Pontos Fracos	
×	Algumas infraestruturas afetas à visitação antiquadas
×	Pouca divulgação sobre trabalhos científicos
×	Poucas atividades de educação ambiental
×	Reduzida dimensão da PPSA
×	Pouca oferta de transportes públicos
×	Dificuldade de comunicação e marcação de visitas
×	Encerramento do Centro de Interpretação ao Fim de Semana
×	Desconexão das entidades gestoras da PPSA com aldeias próximas
×	Burocracia para realização de atividades na PPSA
×	Carência de infraestruturas de alojamento, restauração e turismo
×	Degradação de ecossistemas e infraestruturas sucessivamente afetadas pelos incêndios
×	Ausência ou reduzidas ações de recuperação e manutenção pós-incêndio
×	Acumulação de material lenhoso ardido e vegetação degradada
×	Aumento da carga de combustível
×	Diminuição da qualidade paisagística
×	Rápida propagação de fogos e processos erosivos
×	Falta de sinalética

Ameaças	
▪	Incêndios Rurais
▪	Espécies Invasoras
▪	Pragas e Doenças Florestais
▪	Poluição do Solo e Água
▪	Perda de biodiversidade
▪	Destruição do coberto vegetal
▪	Processos de erosão
▪	Relevo acidentado propicia rápida propagação dos incêndios e processos erosivos
▪	Pressão do turismo em certos pontos de interesse
▪	Carência de infraestruturas e equipamentos de apoio aos turistas
▪	Despovoamento do território
▪	Distância, tempo e custo de viagem

Oportunidades
▪ Consciencialização da população para os problemas que afetam a PPSA
▪ Implementação de ações de recuperação
▪ Realização de intervenções de silvicultura preventiva e gestão ativa da paisagem
▪ Recuperação e valorização de rede de percursos pedestres, áreas de acolhimento e restantes estruturas de apoio à visita
▪ Recursos financeiros para áreas afetadas pelos incêndios de 2025
▪ Elevada procura para turismo de natureza, elementos culturais e tradicionais
▪ Aposta crescente na conservação dos recursos naturais
▪ Identificação mais expressiva dos pontos turísticos
▪ Existência de um Clube de Ciência Viva do AE Arganil associado à valorização da PPSA
▪ Valorização dos acordos de geminação, criando segregações positivas

3.1 Fatores críticos

A Serra do Açor possui um histórico caracterizado por incêndios devastadores e foi novamente fortemente afetada pelo grande incêndio de agosto de 2025, apresentando ainda hoje, uma enorme suscetibilidade à sua ocorrência. Os incêndios florestais constituem uma das maiores ameaças para a conservação dos valores naturais da PPSA, dos quais resultam efeitos diretos e indiretos para os ecossistemas.

Os mais recentes incêndios rurais (2017 e 2025) assumiram particular gravidade, provocando uma profunda alteração da paisagem, destruição de extensas áreas florestais e elevados impactes ecológicos, económicos e sociais. Para além da perda significativa de habitats naturais, verificaram-se fortes processos de erosão, destruição da cobertura vegetal, degradação da qualidade dos solos e alteração da dinâmica natural dos ecossistemas. Em várias áreas da PPSA, os efeitos do incêndio potenciaram igualmente a proliferação de espécies invasoras, dificultando a regeneração natural da vegetação autóctone e contribuindo para a perda de biodiversidade.

Também ao nível do património construído e da rede de infraestruturas tradicionais, os incêndios deixaram marcas profundas, verificando-se a degradação de caminhos florestais e agrícolas, muros de suporte, levadas, pontos de água, socacos e outras estruturas associadas à ocupação histórica do território. Em muitos locais, a ausência de ações de recuperação e manutenção contribuiu para o avanço do estado de degradação e abandono da paisagem.

Mais recentemente, os incêndios ocorridos em 2025 agravaram novamente a vulnerabilidade do território, afetando áreas já anteriormente fragilizadas pelo fogo de 2017 e comprometendo os processos de regeneração ecológica entretanto iniciados. Estes incêndios provocaram novos danos na vegetação, na rede viária florestal, nas infraestruturas de apoio ao território e em diversos valores naturais existentes na PPSA, contribuindo para a acumulação de material lenhoso ardido e vegetação degradada em extensas áreas da paisagem protegida.

Atualmente, em vários locais da PPSA, permanecem visíveis extensas manchas de arvoredo morto e vegetação em decomposição, associadas à insuficiente gestão e recuperação pós-incêndio. Esta situação contribui para o aumento da carga combustível, dificulta a regeneração natural dos

ecossistemas, potencia a erosão dos solos e agrava o risco de recorrência de incêndios rurais, comprometendo simultaneamente a qualidade paisagística e ecológica do território.

Também o relevo acidentado, caracterizado por montes elevados e vertentes de declive acentuado, intercalados por vales de fundo chato ou em “v”, propicia a rápida propagação dos fogos e por conseguinte, dos processos erosivos.

As espécies invasoras constituem em qualquer situação, com maior ou menor gravidade, uma ameaça às comunidades naturais, das quais resultam impactes negativos para a conservação da biodiversidade. Estas espécies, com a sua capacidade de adaptação ao meio e a sua facilidade de dispersão, rapidamente colonizam novos espaços e, na maioria dos casos, impedem a regeneração da vegetação nativa, criando manchas monoespecíficas.

A acácia ou mimosa (*Acacia dealbata*) é a espécie invasora que constitui a maior ameaça para a Área Protegida, principalmente na fase pós incêndio, mas outras espécies estão também presentes como a austrália (*Acacia melanoxylon*), a tintureira (*Phytolacca americana*), a erva-da-fortuna (*Tradescantia fluminensis*), entre outras. De referir o eucalipto (*Eucalyptus globulus*), espécie exótica plantada na PPSA e sua envolvente e que após o incêndio de 2017 e o último incêndio de agosto de 2025 revelou comportamento invasor em vários locais da PPSA.

As ameaças fitossanitárias, mediante a sua origem, intensidade, grau de dispersão e dificuldade de combate podem, em situações extremas, originar o desaparecimento total ou quase total da população de uma determinada espécie ou mesmo de várias espécies de plantas. A vespa-da-galha-do-castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus*) é um exemplo disso, estando presente em quase todas as manchas de castanheiro na PPSA, situação agravada também pela fragilidade de muitos dos exemplares, que apresentam marcas da passagem do fogo.

A poluição dos solos e da água na PPSA resultante principalmente dos efluentes líquidos produzidos nos aglomerados urbanos existentes nas proximidades da área protegida, embora que reduzida pode contribuir para situações de desequilíbrio ecológico.

A reduzida dimensão da PPSA constitui igualmente uma pressão à conservação da natureza e manutenção da biodiversidade. Os ecossistemas mais importantes desta área caracterizam-se pela sua pequena dimensão que, normalmente associada a um efeito de orla muito acentuado. Este efeito traduz-se nas perturbações resultantes do contacto com sistemas ecológicos degradados, áreas ardidas e espécies invasoras, levando ao desaparecimento das condições necessárias para as espécies mais exigentes.

A pressão do turismo em determinados pontos de interesse como a Fraga da Pena e a Mata da Margaraça constitui também um fator de perturbação do equilíbrio dos ecossistemas. Assim, é fundamental melhorar o ordenamento da visita, e sensibilizar mais os visitantes para a importância da preservação dos valores naturais da área protegida, e do seu contributo para o desenvolvimento sustentável do território.

A existência de múltiplas infraestruturas que outrora serviram de apoio à agricultura e às atividades tradicionais e que atualmente se encontram devolutas ou em elevado estado de degradação carece igualmente de uma intervenção mais direcionada, visando a valorização da paisagem, do património rural e da memória coletiva associada ao território.

Por fim, a diminuição evidente da população nas últimas décadas, nos aglomerados urbanos localizados no interior e na envolvente da PPSA, implicou o abandono progressivo das atividades económicas tradicionais do setor primário, designadamente da silvicultura e da agricultura de pequena dimensão, contribuindo para o aumento do abandono do território, da acumulação de combustível vegetal e da perda da gestão ativa da paisagem.

3.2 O que se pretende mudar?

A aprovação do Plano de Ordenamento da PPSA pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2008, de 24 de novembro, permitiu a regulamentação de usos e de atividades, contribuindo para o adequado ordenamento e gestão do território.

Constata-se, pois, a necessidade dar continuidade às ações de gestão no terreno, dirigidas à manutenção e à recuperação do património natural e cultural da PPSA.

Importa também fomentar a interação com as populações residentes e envolventes à PPSA, para fortalecer a sua identificação com a área protegida.

É fundamental a existência de uma imagem atrativa e facilmente identificável, bem como de materiais de divulgação dos valores naturais, patrimoniais e culturais desta área protegida e do território onde esta se insere.

É crucial também reforçar e melhorar as infraestruturas de visitação e acolhimento para desenvolvimento de novos programas e atividades que promovam a educação ambiental, reforçando assim a interatividade com a comunidade escolar.

Por outro lado, é muito importante o envolvimento da comunidade académica, tendo em vista a utilização da área protegida como “laboratório vivo”, e a sua inclusão em novos estudos e/ou monitorização do património natural.

Considera-se igualmente essencial o reforço da sinalética (parte da sinalética foi destruída pelo incêndio de agosto de 2025), sobretudo nos locais de maior sensibilidade, para limitação da circulação nos troços onde ocorrem espécies ameaçadas. É igualmente necessário a colocação de infraestruturas e de sinalética informativa, com referência aos locais de interesse da PPSA, estabelecendo “*portas de entrada*”, que direcionem melhor a visitação para locais específicos e limitem a perturbação dos valores naturais em áreas mais sensíveis.

Acresce ainda que, na sequência dos incêndios rurais de 2025, se tornou prioritária a implementação de ações de recuperação, beneficiação e reconstrução das áreas afetadas, atendendo aos elevados danos verificados ao nível dos ecossistemas, da rede viária florestal, dos caminhos tradicionais, das infraestruturas de apoio ao território e de diversos espaços de visitação e fruição pública existentes na Paisagem Protegida da Serra do Açor.

Neste contexto, considera-se fundamental reforçar as intervenções de silvicultura preventiva e gestão ativa da paisagem, promovendo a recuperação ecológica das áreas ardidas, o controlo de espécies invasoras, a estabilização dos solos, a valorização da regeneração natural e a recuperação de estruturas tradicionais e infraestruturas degradadas pelo fogo e pelas chuvas torrenciais.

Importa igualmente assegurar a recuperação e valorização da rede de percursos, trilhos, áreas de acolhimento e restantes estruturas de apoio à visita, garantindo melhores condições de segurança, ordenamento e fruição sustentável do território, conciliando simultaneamente a proteção dos valores naturais e paisagísticos da área protegida.

Paralelamente, considera-se essencial continuar a reforçar as ações de estudo, monitorização, comunicação e sensibilização ambiental da PPSA, promovendo o conhecimento científico, a divulgação dos valores naturais e culturais existentes e o envolvimento das populações, visitantes e comunidade escolar na valorização e conservação deste território protegido.

3.3 Estratégia, eixos e áreas-chave de intervenção

Não obstante o identificado nos capítulos anteriores (fatores críticos e fatores que se pretendem mudar), considerou-se que, estando a ser elaborado um Plano de Cogestão da PPSA para 2026 – 2029, seria fundamental saber como se posiciona a PPSA estrategicamente.

Assim, a posição estratégica da PPSA passa pela interpretação da matriz swot (tabela 6), e que consiste numa análise de cenário, que traça, de um modo simples, a realidade existente neste local.

Tratando-se de um diagnóstico sobre esta área, esta análise de cenário constitui um passo importante para a posterior formulação estratégica, que se pretende concretizar com o Plano de Cogestão da PPSA para 2026 – 2029 e com cuja implementação se pretende alavancar a mudança necessária para este território.

Sendo as forças e as fraquezas identificadas nesta matriz, decorrentes de fatores internos, mas também externos à própria área protegida, será fundamental que nas opções futuras para a sua gestão seja potenciado o que possui de positivo e que sejam mitigados os pontos fracos sinalizados.

Já as oportunidades e as ameaças identificadas constituem antecipações do futuro e estão relacionadas com fatores externos, que permitem a identificação de aspetos que podem constituir constrangimentos (as ameaças) à implementação de determinadas estratégias definidas, bem como outros que podem ser alavancas (as oportunidades) para alcançar os objetivos delineados para o futuro da PPSA.

A estratégia consensualizada para o território foi desenvolvida com base em diferentes compromissos e eixos estratégicos, de diferentes áreas-chave como a informação e comunicação, a educação ambiental e desenvolvimento sustentável, a valorização de estruturas de visita existentes, a realização de estudos, ações de monitorização e investigação científica da área protegida e a conservação e gestão sustentável dos valores naturais.

Objetivos Gerais:

- Fomentar o sentimento de pertença à PPSA, através da comunicação, promoção e divulgação da área protegida, alocando toda a população interveniente no território;
- Valorizar os pontos de atração na PPSA, com infraestruturas adequadas, melhorando assim as condições de visita;

- Apoiar as atividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico, em harmonia com a conservação da natureza. Valorizar todo o património através de estratégias para a participação em atividades de educação ambiental e temáticas sobre as variadas atividades da PPSA;
- Promover a investigação científica e o aumento do conhecimento dos ecossistemas, bem como a monitorização dos *habitats* naturais e das populações das espécies de fauna e flora, contribuindo para assegurar uma correta estratégia de conservação e gestão dos valores naturais da PPSA;
- Desenvolver ações de conservação dos habitats e das espécies de fauna e flora protegidas;
- Desenvolver ações de restauro dos *habitats* e das populações de espécies da flora e da fauna protegidas ou com estatuto de ameaçadas;
- Promover a recuperação ecológica e paisagística das áreas afetadas pelos incêndios rurais de 2017 e 2025, através da implementação de ações de silvicultura preventiva, controlo de espécies invasoras, gestão sustentável da paisagem e valorização da regeneração natural;
- Reforçar a resiliência da PPSA face aos incêndios rurais e às alterações climáticas, promovendo a recuperação de habitats degradados, o controlo de espécies invasoras e a estabilização dos solos em áreas afetadas pelo fogo;
- Promover a recuperação, beneficiação e valorização da rede viária, trilhos, estruturas tradicionais e infraestruturas de apoio ao território degradadas pelos incêndios recentes.

Objetivos Específicos:

- Desenvolver a comunicação da PPSA a nível local principalmente, mas também a nível nacional e internacional;
- Implementar iniciativas dentro e fora da PPSA, como workshops, temáticas e participação em eventos de promoção da mesma;
- Contabilizar o número de visitantes à PPSA, para melhorar a gestão da visitação;
- Dinamizar atividades de voluntariado para maior envolvimento da comunidade;
- Ordenar e estimular atividades turísticas e recreativas, como forma de consciencializar a população para a preservação do território;
- Promover a investigação científica dos ecossistemas, bem como a sua monitorização, definindo estratégias corretas de gestão e conservação dos valores naturais da PPSA;
- Desenvolver ações de conservação dos habitats e das espécies de fauna e flora protegidas e ações que permitam corrigir os processos de degradação dos valores naturais e paisagísticos em presença, criando condições para a sua conservação e valorização;
- Desenvolver ações de restauro dos *habitats* e das populações de espécies da flora e da fauna protegidas ou com estatuto de ameaçadas, contribuindo para o restabelecimento de um estado de conservação favorável;
- Promover ações de recuperação das áreas afetadas pelos incêndios de 2017 e 2025, através de intervenções de recuperação ecológica, silvicultura preventiva e gestão ativa da paisagem;

- Implementar ações de controlo de espécies invasoras e valorização da vegetação autóctone nas áreas afetadas pelos incêndios;
- Reforçar a recuperação e manutenção da rede viária, caminhos tradicionais, trilhos e restantes infraestruturas de apoio à visita e gestão da área protegida;
- Promover ações de estabilização de solos e redução dos processos erosivos em áreas mais suscetíveis e afetadas pelo fogo;
- Valorizar e recuperar espaços degradados da PPSA, promovendo a melhoria da qualidade ecológica, paisagística e funcional do território protegido.

4. Auscultação dos atores chave

No âmbito do primeiro Plano de Cogestão da PPSA (triénio 2023-2025) foram identificados os atores chave no território afeto à PPSA, tendo sido organizados por área setorial: restauração, hotelaria, turismo, espaços de venda e grupos desportivos. Foram também auscultadas associações seniores, associações juvenis, associações ambientalistas, associações cinegéticas e por fim as comissões de melhoramentos representativas da região da PPSA e envolvente.

Assim, elaborou-se uma listagem de todas estas entidades, que constituem importantes parceiros para a avaliação e execução dos Planos de Cogestão da PPSA. No Plano de Cogestão da PPSA (triénio 2023-2025) foi, igualmente, desenvolvido um inquérito que pretendeu auscultar a opinião da população relativamente à perceção do que é a PPSA e atividades desenvolvidas na mesma, recolher sugestões de melhoria e visões para o futuro, apresentando-se de seguida um resumo dos principais resultados:

- Relativamente a diversos aspetos relacionados com a PPSA nomeadamente quanto a Sinalização de Estradas, Locais de Interesse e Divulgação ao Nível Regional avaliação foi positiva, considerando como adequada esta informação;
- Os pontos que geraram maior discordância foram a Divulgação a nível nacional e a Sinalização de locais de perigo existentes ao longo da PPSA;
- Quanto ao conhecimento de determinadas espécies com elevado valor natural, os inquiridos encontravam-se divididos no que respeita à identificação de algumas, como o Selo-de-salomão, o Narciso e a Salamandra-de-cauda-comprida;
- No que concerne ao contributo de alguns aspetos associados à PPSA, a maioria dos inquiridos respondeu que relativamente à conservação dos valores naturais, à valorização do território, à dinamização do turismo e aos estudos científicos, a PPSA apresenta um elevado contributo, demonstrando apenas divisão de opiniões no que respeita à criação de riqueza;
- Os inquiridos apresentaram-se ainda disponíveis para colaborar no desenvolvimento de atividades na PPSA, como o controlo de invasoras e a manutenção da Mata da Margaraça.
- A maioria dos inquiridos consideraram o Centro de Interpretação da Serra do Açor, como útil;
- Relativamente às suas atividades preferidas, os inquiridos revelaram uma forte tendência para aquelas relacionadas com a área do Ambiente e Turismo de Natureza.

5. Programa de medidas e ações prioritárias

A programação das medidas e respetivas ações teve por base o diagnóstico prospetivo do território, os valores naturais presentes na Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA) e os objetivos estratégicos definidos pela Comissão de Cogestão para o período de vigência do presente Plano de Cogestão.

As medidas propostas procuram responder aos principais desafios identificados no território, agrupando um conjunto de ações que contribuem para a concretização dos objetivos de conservação da natureza, valorização do património natural e cultural, sensibilização ambiental, envolvimento das comunidades locais, promoção da investigação científica e melhoria da experiência dos visitantes.

Contudo, atendendo aos impactos provocados pelos grandes incêndios rurais que afetaram a Serra do Açor, em particular os ocorridos em 2017 e 2025, a prioridade de intervenção da PPSA deverá centrar-se na recuperação ecológica, paisagística e funcional dos ecossistemas afetados e no aumento da sua resiliência face a futuras perturbações.

Neste contexto, as ações de conservação e gestão ativa dos habitats assumem um papel central na implementação do presente Plano, privilegiando intervenções que promovam a recuperação da vegetação autóctone, a valorização da regeneração natural, a redução da carga combustível, o controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras, a estabilização de solos e linhas de água, bem como a recuperação de infraestruturas de apoio à gestão, monitorização e visita da área protegida.

Paralelamente, pretende-se fomentar a criação de uma paisagem mais resiliente aos incêndios rurais e às alterações climáticas, promovendo uma maior diversidade estrutural e específica dos povoamentos florestais, a recuperação de habitats naturais de elevado valor ecológico e a implementação de modelos de gestão que reforcem a capacidade de adaptação do território aos fenómenos extremos.

Embora as ações associadas à comunicação, educação ambiental, participação pública, turismo de natureza, valorização do património cultural e investigação científica mantenham uma importância fundamental para a concretização dos objetivos da cogestão, estas deverão funcionar como instrumentos complementares de apoio à recuperação e conservação do território. A sensibilização das populações, o envolvimento dos agentes locais, a produção de conhecimento científico e a divulgação dos valores naturais da PPSA constituem fatores essenciais para garantir a sustentabilidade das intervenções realizadas e reforçar a ligação da comunidade ao património natural da Serra do Açor.

Assim, a priorização das medidas e ações previstas no presente Plano assenta no princípio de que a conservação e recuperação dos ecossistemas afetados pelos incêndios, bem como o reforço da resiliência da paisagem, constituem o principal desígnio da cogestão da PPSA para os próximos anos, sem prejuízo da implementação das restantes iniciativas necessárias à valorização integrada deste território protegido.

As medidas previstas refletem igualmente a necessidade de reforçar a recuperação ecológica, paisagística e funcional da PPSA, na sequência dos incêndios rurais de 2017 e 2025, que provocaram

elevados danos nos habitats naturais, na rede viária, nas infraestruturas de apoio ao território e em diversos espaços de visita e fruição pública. Neste contexto, assume especial importância a implementação de ações de recuperação pós-incêndio, silvicultura preventiva, controlo de espécies invasoras, estabilização de solos, recuperação de infraestruturas degradadas e valorização da regeneração natural, promovendo simultaneamente uma maior resiliência do território face aos incêndios rurais e às alterações climáticas.

A priorização das medidas e respetivas ações foi definida em sede de Comissão de Cogestão, por consenso de todas as entidades.

5.1. EIXO 1 – Informação e Comunicação

Existe um enorme potencial de visita à PPSA, a alavancar com informação disponibilizada no site da Natural.pt e passível de ser transferida para dispositivos móveis. A necessidade de atualização e concentração da informação sobre a PPSA leva a que seja necessário criar uma dinâmica de partilha e contribuição para a promoção desta área protegida.

De acordo com os diplomas legais que regem a PPSA e com o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, a visita na PPSA é condicionada a uma regulamentação que garanta níveis mínimos de perturbação do ambiente natural.

As visitas podem ser realizadas livremente ou com acesso a guias, esta última com necessidade de marcação antecipada. Todas elas visam a educação e o alerta para a importância da floresta autóctone e dos valores naturais da PPSA, valorizando o papel importante no conhecimento e compreensão da realidade em que vivemos e na construção de uma cidadania ativa, no desenvolvimento de uma consciência espacial do Mundo, a diferentes escalas, das inter-relações entre o espaço físico e o espaço humano.

Importa igualmente reforçar a comunicação e divulgação das ações de recuperação ecológica e paisagística desenvolvidas na PPSA, sobretudo na sequência dos incêndios rurais de 2017 e 2025, promovendo uma maior sensibilização da população e visitantes para a importância da gestão sustentável do território, da conservação da natureza e da prevenção de incêndios rurais.

Neste contexto, assume particular relevância a implementação de estratégias de informação e sensibilização associadas à recuperação das áreas afetadas pelo fogo, à valorização da floresta autóctone, ao controlo de espécies invasoras e à promoção de boas práticas de utilização e fruição sustentável da área protegida.

Medida 1.1. – Sensibilização/Promoção da PPSA

Desenvolvimento de medidas de informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas de usufruição do território, incluindo sinalética e guias interpretativos dos valores naturais; Interpretação e divulgação dos valores e recursos naturais.

Promoção da inovação tecnológica, económica e social nas práticas aplicadas à manutenção das atividades e produtos tradicionais; promoção da marca «Natural.pt».

Implementação de ações estratégicas que permitam a promoção da área protegida, dos seus valores e recursos junto dos diferentes públicos, efetivos e potenciais; implementação,

manutenção e/ou substituição da sinalização de índole informativa e turística referente a esta PPSA.

Manutenção do sistema de contabilização de utilizadores.

Desenvolvimento e implementação de estratégias de divulgação e de sensibilização para os valores em presença e para a conservação da natureza junto de toda a população, residente e visitante, assim como dos vários agentes económicos que desenvolvem as suas atividades neste território como garantia de proteção e de valorização.

Promoção de campanhas de sensibilização e divulgação relacionadas com os impactos dos incêndios rurais na paisagem protegida, bem como das ações de recuperação ecológica, silvicultura preventiva e valorização da paisagem desenvolvidas na PPSA, reforçando o envolvimento da comunidade na conservação e proteção deste território (realização de pelo menos 2 campanhas por ano; distribuição de materiais em pelo menos 3 pontos de acesso à PPSA.). Estas campanhas têm como objetivo reduzir comportamentos de risco associados ao uso do fogo e aumentar o conhecimento da população sobre as causas e consequências dos incêndios rurais na área protegida. Realizar pelo menos 2 campanhas por ano; distribuição de materiais em pelo menos 3 pontos de acesso à PPSA.

Desenvolvimento de conteúdos informativos e interpretativos associados às áreas afetadas pelos incêndios de 2017 e 2025, promovendo a sensibilização para os riscos associados ao abandono do território, à proliferação de espécies invasoras e à importância da gestão ativa da paisagem (produção de pelo menos 4 peças de comunicação (1 por ano); publicação regular de atualizações sobre recuperação ecológica nos canais oficiais). Produção de conteúdos informativos e interpretativos (vídeos, painéis, publicações online) sobre o processo de recuperação ecológica e paisagística da PPSA, na sequência dos incêndios de 2017 e 2025. Os conteúdos visam documentar o trabalho desenvolvido, envolver a comunidade e criar uma narrativa positiva em torno da resiliência do território.

Instalação de painéis de sinalética interpretativa e informativa nos locais objeto de intervenção de recuperação pós-incêndio, nas entradas da PPSA e nas áreas de maior sensibilidade ecológica. Os painéis deverão identificar os habitats presentes, as espécies de interesse, as ações em curso e as boas práticas de visita. Desta maneira será possível melhorar a experiência de visita, ordenar a circulação em zonas sensíveis e comunicar *in situ* o valor natural e o trabalho de recuperação da PPSA.

Medida 1.1.

Sensibilização/Promoção da PPSA

Ação Específica 1.1.1

Desenvolver conteúdos de divulgação/informação

Ação Específica 1.1.2

Promover eventos de divulgação/formação sobre os valores naturais e a área protegida

Ação Específica 1.1.3

Desenvolver novos roteiros turísticos

<u>Ação Específica 1.1.4</u> Monitorizar a utilização de espaços-chave na PPSA com sistemas de contabilização
<u>Ação Específica 1.1.5</u> Desenvolver e implementar campanhas de sensibilização junto da população residente e visitante, sobre a prevenção de incêndios rurais, boas práticas de utilização do território e importância da conservação dos valores naturais da PPSA. As campanhas incluirão materiais gráficos (cartazes, desdobráveis), presença em eventos locais e divulgação nas redes sociais.
<u>Ação Específica 1.1.6</u> Promover conteúdos de divulgação associados à recuperação ecológica e paisagística das áreas afetadas pelos incêndios
<u>Ação Específica 1.1.7</u> Implementar sinalética interpretativa e informativa nas áreas intervencionadas e espaços de maior sensibilidade ecológica

Estimativa de orçamento de 105 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
1.1.1 - Desenvolver conteúdos de divulgação/informação	Município de Arganil ICNF, I. P.	ESAC UC	6 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030	2026 – 2029	1
1.1.2 - Promover eventos de divulgação/formação sobre os valores naturais e a área protegida	ICNF, I. P.	ESAC UC	4 000 €	Fundo Ambiental	2026 – 2029	2
1.1.3 - Desenvolver novos roteiros turísticos	ICNF, I. P.	ESAC AE Arganil Município de Arganil	10 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030	2026 – 2029	2
1.1.4 - Monitorizar a utilização de espaços-chave com sistemas de contabilização	ICNF, I. P.	-	3 000 €	Centro 2030	2026 – 2029	3
1.1.5 - Desenvolver e implementar campanhas de sensibilização junto da população residente e visitante, sobre a prevenção de incêndios rurais, boas práticas de utilização do território e importância da conservação dos valores naturais da PPSA. As	Município de Arganil ICNF, I. P.	ESAC AE Arganil ONGAs JFB APFCA	5 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030	2026 – 2029	1

campanhas incluirão materiais gráficos (cartazes, desdobráveis), presença em eventos locais e divulgação nas redes sociais.						
1.1.6 - Promover conteúdos de divulgação associados à recuperação ecológica e paisagística das áreas afetadas pelos incêndios	ICNF, I. P.	CMA UC ESAC ONGAs	8 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030	2026 – 2029	2
1.1.7 - Implementar sinalética interpretativa e informativa nas áreas intervencionadas e espaços de maior sensibilidade ecológica	ICNF, I. P.	CMA JFB ESAC	69 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030	2026-2027	1

Medida 1.2. – Dinamização do Modelo de Cogestão

Apoio às ações de promoção com a gestão participativa das populações e atores chave, no âmbito modelo de cogestão da PPSA.

Desenvolvimento da marca Açor, permitindo a sua promoção e intervenção na sociedade.

Definição de um Plano de Comunicação.

Promoção de mecanismos de participação e envolvimento das comunidades locais, entidades gestoras, proprietários, associações e restantes agentes do território, reforçando a articulação institucional na implementação de ações de recuperação ecológica, valorização da paisagem e gestão sustentável da PPSA.

Fomento da cooperação entre entidades públicas, privadas e comunidade científica, promovendo uma abordagem integrada na recuperação das áreas afetadas pelos incêndios rurais de 2017 e 2025, bem como na definição de estratégias de adaptação às alterações climáticas e reforço da resiliência do território.

Medida 1.2.

Dinamização do Modelo de Cogestão

Ação Específica 1.2.1

Elaborar um Plano de Comunicação

Estimativa de orçamento de 10 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
1.2.1 - Elaborar um Plano de Comunicação	ICNF, I. P. Município de Arganil	ONGAs CMA ESAC UC JFB APFCA AE Arganil FENÇAÇA	10 000 €	Fundo Ambiental	2027	2

5.2. EIXO 2 – Educação Ambiental e Desenvolvimento sustentável

A Educação Ambiental é uma aprendizagem multidisciplinar incorporada em todas as faixas etárias e formas de educação, incluindo no contexto escolar, laboral, económico e de consumo. A Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA) torna possível conjugar experiências, agregar prioridades e partilhar recursos, visando uma cidadania plena, com conhecimento e interveniente.

Neste contexto, assume igualmente particular importância a promoção de ações de educação ambiental associadas à recuperação das áreas afetadas pelos incêndios rurais de 2017 e 2025, sensibilizando a população para a conservação da natureza, gestão sustentável da paisagem, valorização da floresta autóctone e prevenção de incêndios rurais.

A Educação Ambiental deverá ainda contribuir para o reforço da ligação das comunidades ao território, promovendo comportamentos mais sustentáveis e uma maior participação cívica na recuperação, conservação e valorização da PPSA.

Medida 2.1. – Voluntariado na PPSA

Promoção do desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e profissionais da comunidade em geral, incentivando a participação em atividades de responsabilidade social, neste caso na PPSA.

Promoção de ações de voluntariado ambiental dirigidas à recuperação ecológica e paisagística da PPSA, nomeadamente através de iniciativas de controlo de espécies invasoras, recuperação de áreas degradadas, manutenção de trilhos e estruturas de apoio à visita, valorização da vegetação autóctone e sensibilização ambiental da comunidade.

Fomento da participação ativa da população, associações, comunidade escolar e visitantes em ações de conservação da natureza e recuperação pós-incêndio, reforçando o envolvimento da sociedade na proteção e valorização da área protegida.

Medida 2.1**Voluntariado na PPSA****Ação Específica 2.1.1**

Realizar ações de voluntariado

Estimativa de orçamento de 20 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
2.1.1 - Realizar ações de voluntariado	ESAC UC APFCA	ICNF CMA JFB AE Arganil FENÇAÇA ONGAs	20 000 €	Fundo Ambiental	2026 – 2029	1

Medida 2.2. – Atividades de Educação Ambiental

Desenvolvimento de programas e atividades que promovam uma educação para a sustentabilidade ambiental.

Fomento do desenvolvimento de projetos e iniciativas na área da educação ambiental em articulação com parceiros como com o Agrupamento de Escolas de Arganil e as associações e instituições locais, assim como com as entidades representadas na Comissão de Cogestão da PPSA.

Medida 2.2**Atividades de Educação Ambiental****Ação Específica 2.2.1**

Colaborar nos programas escolares de Educação Ambiental

Ação Específica 2.2.2

Realizar workshops/seminários

Ação Específica 2.2.3

Realizar atividades comemorativas com âmbito educacional

Estimativa de orçamento de 25 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
2.2.1 – Colaborar nos programas escolares de Educação Ambiental	ICNF, I. P. Município de Arganil	ESAC UC JFB APFCA ONGAs AE Arganil	20 000 €	Município de Arganil Centro 2030	2026 – 2029	1
2.2.2 - Realizar workshops/seminários	ICNF, I. P.	CMA ESAC UC JFB APFCA ONGAs AE Arganil FENÇAÇA	3 000 €	Município de Arganil Centro 2030	2026 – 2029	2

2.2.3 – Realizar atividades comemorativas com âmbito educacional	ICNF, I. P.	CMA ESAC UC JFB APFCA ONGAs AE Arganil	2 000 €	Fundo Ambiental	2026 – 2029	3
--	-------------	--	---------	-----------------	-------------	---

5.3. EIXO 3 – Valorização de Estruturas de Visitação Existentes

A PPSA dispõe de estruturas de apoio à visitação, nomeadamente: o Centro de Interpretação (Casa Grande), 5 percursos pedestres e ainda a Casa da Eira, o Forno de Refugio e o Moinho. Na área da Fraga da Pena, encontra-se um passadiço de acesso à cascata, onde são visíveis ainda antigas azenhas, moinhos, levadas de água, muros e escadarias de apoio à visitação.

Os incêndios rurais de 2017 e 2025 provocaram igualmente elevados danos em diversas infraestruturas de apoio à visitação e fruição pública da PPSA, afetando percursos pedestres, rede viária, caminhos florestais, estruturas tradicionais, zonas de lazer e elementos patrimoniais associados à utilização histórica do território. Em vários locais da área protegida verificam-se atualmente situações de degradação e perda de funcionalidade das infraestruturas existentes, tornando necessária a sua recuperação, valorização e adaptação às atuais exigências de segurança, ordenamento e sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, assume especial importância a recuperação e requalificação das estruturas de apoio ao turismo de natureza, valorizando simultaneamente o património natural, cultural e paisagístico da PPSA, promovendo uma visitação mais sustentável, segura e compatível com a conservação dos valores naturais existentes.

Medida 3.1. – Promover a recuperação e manutenção da rede de equipamentos e estruturas de apoio ao turismo e lazer para melhoria das condições de visitação da PPSA

Recuperação e manutenção das estruturas existentes na PPSA, associadas ao turismo de natureza, que são essenciais para a dinamização e sustentabilidade da área protegida.

Promoção da recuperação e beneficiação das infraestruturas degradadas ou afetadas pelos incêndios rurais, nomeadamente percursos pedestres, caminhos tradicionais, estruturas de apoio à visitação, passadiços, miradouros, áreas de lazer e restantes equipamentos associados ao turismo de natureza.

Valorização e requalificação de estruturas tradicionais e elementos patrimoniais existentes na PPSA, como levadas, muros, escadarias, azenhas e moinhos, contribuindo para a preservação da identidade cultural e paisagística da área protegida.

Reforço das condições de segurança, acessibilidade e ordenamento da visitação, promovendo simultaneamente uma utilização sustentável do território e a minimização dos impactos sobre os habitats e espécies de maior sensibilidade ecológica.

Medida 3.1.

Promover a recuperação e manutenção da rede de equipamentos e estruturas de apoio ao turismo e lazer para melhoria das condições de visitação da PPSA

Ação Específica 3.1.1

Recuperar estruturas de visitação existentes

- Casa Grande, Fornos e Moinhos e infraestruturas de acesso e visitação da Fraga da Pena (passadiço, escadarias, muros de suporte, azenhas e levadas)

Ação Específica 3.1.2

Proceder à aquisição de equipamento para apoio à visitação

- Bancos, Mesas e Corrimões

Ação Específica 3.1.3

Beneficiação do viveiro existente na Mata da Margaraça

- Recuperação da vedação e materiais existentes para ações de sensibilização

Estimativa de orçamento de 140 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
3.1.1 – Recuperar estruturas de visitação existentes, incluindo as infraestruturas da Fraga da Pena	ICNF, I. P. Município de Arganil	-	105 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030	2026-2027	2
3.1.2 – Proceder à aquisição de equipamento para apoio à visitação	ICNF, I. P. Município de Arganil	-	15 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030	2026 – 2029	2
3.1.3 – Beneficiar viveiro existente na Mata da Margaraça	ICNF, I. P.	UC ESAC	20 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030	2026 – 2029	3

Medida 3.2. – Beneficiação de acessos e caminhos

Constituição e valorização de rotas e percursos pedestres, cicláveis e equestres.

Implementação de percursos interpretativos e manutenção dos espaços e estruturas de visitação existentes.

Recuperação dos caminhos no interior da Mata da Margaraça e da Estrada Pardieiros – Monte Frio, destruídas pelas tempestades do último inverno.

Promoção da recuperação e beneficiação da rede viária florestal, caminhos tradicionais e acessos afetados pelos incêndios rurais de 2017 e 2025, assegurando melhores condições de circulação, segurança e apoio à gestão da área protegida.

Valorização da rede de percursos da PPSA através da recuperação de trilhos degradados, implementação de sinalética interpretativa e melhoria das condições de fruição pública, promovendo uma utilização sustentável e ordenada do território.

Implementação de intervenções de estabilização e proteção de zonas mais suscetíveis à erosão e degradação dos solos, contribuindo para a recuperação paisagística e funcional das áreas afetadas pelo fogo.

Promoção da ligação entre os diferentes pontos de interesse natural, paisagístico e cultural da PPSA, reforçando a valorização turística e interpretativa da área protegida.

Medida 3.2

Beneficiação de acessos e caminhos

Ação Específica 3.2.1

Instalar Estruturas de Sinalização e Interpretação e substituição das tranqueiras de controlo de acesso às áreas de Proteção total

Ação Específica 3.2.2

Recuperação da Rede viária na PPSA - regularização da plataforma, reposição de pavimento, estabilização/correção de deslizamentos de terras , recuperação e beneficiação do sistema de drenagem de águas pluviais

Ação Específica 3.2.3

Restabelecimento de infraestruturas de suporte à recuperação de habitats e à valorização da visitação e da utilização pública na PPSA

Estimativa de orçamento de 1 009 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
3.2.1 – Proceder à limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres	ICNF, I. P.	APFCA	9 000 €	Centro 2030	2026 – 2029	1
3.2.2 - Recuperação da Rede viária na PPSA - regularização da plataforma, reposição de pavimento, estabilização/correção de deslizamentos de terras , recuperação e beneficiação do sistema de drenagem de águas pluviais	ICNF, I. P. Município de Arganil	JFB JFCerdeira Moura da Serra	500 000€	PTRR Fundo Ambiental	2026-2027	1

3.2.3 - Restabelecimento de infraestruturas de suporte à recuperação de habitats e à valorização da visitação e da utilização pública na PPSA	Município de Arganil	-	500 000€	Fundo Ambiental	2026-2027	1
--	----------------------	---	----------	-----------------	-----------	---

5.4. EIXO 4 – Estudos, Ações de Monitorização e Investigação Científica

Na PPSA há que promover a investigação científica para o conhecimento dos ecossistemas presentes e fatores de ameaça, bem como a monitorização dos seus habitats e espécies, contribuindo desta forma para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico. Assume igualmente particular relevância a monitorização dos impactes decorrentes dos incêndios rurais de 2017 e 2025 nos ecossistemas da PPSA, nomeadamente ao nível da regeneração natural, evolução dos habitats, dinâmica das espécies invasoras, estabilidade dos solos e recuperação da paisagem.

A produção de conhecimento técnico e científico sobre os valores naturais e fatores de ameaça presentes na PPSA constitui um instrumento fundamental para apoiar a definição de estratégias de conservação, recuperação ecológica e gestão sustentável da área protegida, reforçando simultaneamente a sua adaptação às alterações climáticas e à recorrência de incêndios rurais.

Importa ainda promover a PPSA como espaço privilegiado para investigação científica, monitorização ecológica e desenvolvimento de projetos piloto associados à conservação da natureza, valorização da floresta autóctone e recuperação de ecossistemas afetados pelo fogo.

Medida 4.1

Estudos, Monitorização e Investigação Científica

Promoção da investigação científica para o conhecimento dos ecossistemas presentes e fatores de ameaça, bem como a monitorização dos seus habitats e espécies, contribuindo, desta forma, para uma gestão adaptativa fortemente baseada no conhecimento técnico e científico.

Promoção de estudos científicos associados à recuperação ecológica das áreas afetadas pelos incêndios rurais, permitindo avaliar a evolução dos habitats naturais, a regeneração da vegetação autóctone, o comportamento das espécies invasoras e os impactes sobre a biodiversidade existente na PPSA.

Implementação de ações de monitorização direcionadas para os habitats e espécies com maior valor de conservação, garantindo o acompanhamento do seu estado ecológico e contribuindo para a definição de medidas adequadas de proteção e gestão da área protegida.

Desenvolvimento de projetos de investigação e monitorização associados aos efeitos das alterações climáticas, erosão dos solos, dinâmica da paisagem e resiliência dos ecossistemas florestais e ripícolas da PPSA.

Fomento da cooperação com universidades, centros de investigação e entidades científicas, promovendo a utilização da PPSA como “laboratório vivo” para investigação aplicada nas áreas da conservação da natureza, recuperação pós-incêndio e gestão sustentável do território.

Medida 4.1**Beneficiação de acessos e caminhos****Ação Específica 4.1.1**

Estabelecer protocolos com as Universidades para desenvolvimento de estudos nas diferentes áreas como o ambiente, turismo e sociologia

Ação Específica 4.1.2

Implementar um programa de monitorização de espécies ameaçadas na PPSA

Estimativa de orçamento de 120 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
4.1.1 – Estabelecer protocolos com as Universidades para desenvolvimento de estudos nas diferentes áreas como o ambiente, turismo e sociologia	ESAC UC	ICNF, I. P.	60 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030	2026 - 2029	3
4.1.2 – Implementar um programa de monitorização de espécies ameaçadas na PPSA	ESAC UC	ICNF APFCA ONGAs	60 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030	2026 - 2029	2

Medida 4.2**Produção de Sistema de Informação sobre a PPSA (Construir repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas)**

Implementação de ações no âmbito do sistema de divulgação da PPSA, designadamente a compilação de informação, desenvolvimento de ferramentas de gestão, pesquisa e processamento de dados, para suporte à decisão, na área da gestão da biodiversidade, como ferramenta na promoção da sustentabilidade dos recursos.

Reforço da produção, organização e centralização de informação técnica, científica e cartográfica relativa aos valores naturais, habitats, espécies e fatores de ameaça existentes na PPSA, promovendo a criação de ferramentas de apoio à gestão e conservação da área protegida.

Implementação de sistemas de informação associados à monitorização das áreas afetadas pelos incêndios rurais de 2017 e 2025, permitindo acompanhar a evolução da recuperação ecológica, da regeneração natural, da ocupação do solo e da dinâmica das espécies invasoras.

Desenvolvimento de bases de dados e repositórios digitais de informação técnica e científica de acesso partilhado, integrando cartografia, estudos, relatórios, indicadores de monitorização e ações de gestão desenvolvidas na PPSA, facilitando o apoio à decisão e a articulação entre entidades.

Promoção da utilização de ferramentas digitais e sistemas de informação geográfica (SIG) para apoio à gestão da biodiversidade, recuperação da paisagem e planeamento das intervenções de conservação e valorização da área protegida.

A centralização desta informação permitirá reforçar a articulação entre a Comissão de Cogestão, o ICNF, I. P., universidades, centros de investigação e restantes entidades parceiras, promovendo simultaneamente o desenvolvimento de conhecimento científico e técnico sobre a PPSA e os seus valores naturais.

Medida 4.2.

Sistema de Informação sobre a PPSA

Ação Específica 4.2.1

Construir repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas

Ação Específica 4.2.2

Implementar Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA

Estimativa de orçamento de 40 000 €

Ação específica	Entidades envolvidas		Investimento		Calendarização	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa	Potencial Financiador		
4.2.1 – Construir repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas	ICNF, I. P.	ONGAs	20 000 €	Centro 2030	2026 – 2029	3
4.2.2 – Implementar Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA	ICNF, I. P.	CMA	20 000 €	Centro 2030	2026 – 2029	2

5.5. EIXO 5 – Conservação e a gestão sustentável dos valores naturais

Os incêndios rurais de 2017 e 2025 provocaram elevados impactes ecológicos, paisagísticos e funcionais na Paisagem Protegida da Serra do Açor, afetando habitats naturais, galerias ripícolas, áreas florestais, infraestruturas de apoio ao território e diversos valores naturais de elevado interesse para a conservação. Em várias áreas da PPSA permanecem evidentes os efeitos da

degradação causada pelo fogo, verificando-se processos erosivos, proliferação de espécies invasoras, acumulação de material lenhoso ardido e perda de funcionalidade ecológica da paisagem.

Neste contexto, o Eixo 5 assume um papel central na recuperação ecológica, conservação e gestão sustentável dos valores naturais da PPSA, promovendo ações de restauro ecológico, silvicultura preventiva, valorização da regeneração natural, controlo de espécies invasoras e reforço da resiliência dos ecossistemas face aos incêndios rurais e às alterações climáticas.

Medida 5.1

Promover a conservação e restauro dos habitats florestais/arbustivos protegidos nos termos do D.L. 140/99 – Mata da Margaraça

A Mata da Margaraça constitui um dos mais importantes núcleos de conservação da natureza da PPSA, integrando habitats florestais relictuais de elevado valor ecológico e espécies com elevado interesse conservacionista, assumindo particular relevância a presença do azereiro (*Prunus lusitanica* subsp. *lusitanica*), espécie emblemática desta área protegida.

Os incêndios rurais que afetaram a Mata da Margaraça e a sua envolvente, particularmente em 2017 e 2025, contribuíram para a degradação de habitats, aumento da vulnerabilidade ecológica e proliferação de espécies invasoras, tornando necessária a implementação de ações de conservação ativa e recuperação ecológica.

Neste âmbito, assume especial importância a promoção de intervenções de estabilização pós-incêndio, recuperação da vegetação autóctone, controlo de espécies invasoras, gestão do estrato arbustivo, valorização da regeneração natural e recuperação da funcionalidade ecológica dos habitats florestais e ripícolas existentes.

A implementação de ações de monitorização, reforço da conservação dos habitats protegidos e eventual aquisição estratégica de terrenos permitirá reforçar a proteção deste núcleo de elevado valor natural, assegurando simultaneamente a preservação dos seus valores ecológicos, científicos e paisagísticos a longo prazo.

Medida 5.1

Promover a conservação e restauro dos habitats florestais/arbustivos protegidos nos termos do D.L. 140/99 – **Mata da Margaraça**

Ação Específica 5.1.1

Ações de estabilização – corte de material lenhoso queimado; colocação em barreiras em cordão ao longo das curvas de nível; estilhaçamento de material excedente; previamente à execução das obras, deverá ser elaborada uma cartografia de urgência de intervenção que delimite e hierarquize as áreas prioritárias de atuação, com base em critérios de risco de erosão, valor de conservação e sensibilidade dos habitats.

Ação Específica 5.1.2

Gestão seletiva do estrato arbustivo na Mata da Margaraça – promoção da regeneração natural das espécies características dos habitats protegidos; gestão seletiva de espécies heliófilas; gestão do efeito de orla; gestão de combustíveis em áreas estratégicas para prevenção estrutural.

<u>Ação Específica 5.1.3</u> Podas de formação/condução para alto fuste das áreas de antigo castinçal de baixo fuste
<u>Ação Específica 5.1.4</u> Plantações de espécies caraterísticas dos habitats protegidos
<u>Ação Específica 5.1.5</u> Viveiro – produção de plantas para ações de restauro a partir de sementes colhidas na Margaraça
<u>Ação Específica 5.1.6</u> Aquisição de terrenos – existem áreas com habitats protegidos na envolvente à Mata da Margaraça que são privados e cuja aquisição seria uma mais-valia
<u>Ação Específica 5.1.7</u> Aquisição de equipamento: estilizador

Estimativa de orçamento de 1 180 000€

Ação específica	Entidades Envolvidas		Investimento		Temporalidade	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de investimento (€)	Fontes de financiamento		
5.1.1 - Ações de estabilização – corte de material lenhoso queimado; colocação em barreiras em cordão ao longo das curvas de nível; estilização de material excedente; Elaboração prévia de cartografia de urgência de intervenção com hierarquização das áreas prioritárias	ICNF, IP	Universidade s/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; APA/ARH-C; ONGA	150 000€	Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Programa LIFE; Centro 2030; outros	2026-2029	1
5.1.2 - Gestão seletiva do estrato arbustivo na Mata da Margaraça – promoção da regeneração natural das espécies caraterísticas dos habitats protegidos; gestão seletiva de espécies heliófilas; gestão do efeito de orla; gestão de combustíveis em áreas estratégicas para prevenção estrutural; Esta ação deverá ser executada com base num protocolo técnico específico, elaborado em parceria com a Universidade de Coimbra (UC) ou com a Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), que defina as espécies-alvo de controlo, as metodologias de intervenção, os critérios de avaliação e os mecanismos de acompanhamento técnico			200 000€			

5.1.3 - Podas de formação/condução para alto fuste das áreas de antigo castiçal de baixo fuste na Mata da Margaraça			50 000€			
5.1.4 - Plantações de espécies características dos habitats protegidos na Mata da Margaraça			70 000€			
5.1.5 - Viveiro – produção de plantas para ações de restauro a partir de sementes colhidas na Margaraça, com extensão do objetivo à produção de espécies ripícolas autóctones ameaçadas, nomeadamente freixo (<i>Fraxinus angustifolia</i>), amieiro (<i>Alnus glutinosa</i>) e salgueiros (<i>Salix</i> spp.), a utilizar em ações de restauro das galerias ribeirinhas da PPSA			150 000,00			
5.1.6 - Aquisição de terrenos – existem áreas com habitats protegidos na envolvente à Mata da Margaraça que são privados e cuja aquisição seria uma mais-valia para a PPSA			500 000,00			
5.1.7 - Aquisição de equipamento: estilizador			60 000,00€			

Medida 5.2

Promover a conservação, e restauro dos habitats protegidos nos termos do D.L. 140/99 - Paisagem Protegida da Serra do Açor

Para além da Mata da Margaraça, a PPSA integra outros habitats de elevado valor ecológico, nomeadamente galeria ripícola, urzais e carvalhais, que carecem de ações de conservação e renaturalização. Esta medida enquadra as intervenções a realizar na generalidade do território da área protegida, visando a melhoria do estado de conservação dos habitats florestais, arbustivos e ripícolas, com particular atenção à gestão de espécies exóticas e invasoras e à promoção da regeneração natural.

Medida 5.2.

Promover a conservação, e restauro dos habitats protegidos nos termos do D.L. 140/99 - Paisagem Protegida da Serra do Açor

Ação Específica 5.2.1

Cortes seletivos de vegetação não características dos habitats a restaurar e promoção da regeneração natural das espécies características dos habitats potenciais da PPSA

Ação Específica 5.2.2

Controlar espécies exóticas e invasoras

Ação Específica 5.2.3

Plantação/sementeira/estacaria de espécies características dos habitats potenciais em áreas fora da Margaraça com potencial de restauro dos habitats autóctones

Estimativa de orçamento de 400 000 €

Ação específica	Entidades Envolvidas		Investimento		Temporalidade	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de investimento (€)	Fontes de financiamento		
5.2.1 - Cortes seletivos de vegetação não características dos habitats a restaurar e promoção da regeneração natural das espécies características dos habitats potenciais da PPSA	ICNF, IP	Proprietários; Universidade s/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; Associações Florestais; APA/ARH-C; ONGA	250 000€	Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Programa LIFE; Centro 2030; outros	2026-2029	1
5.2.2 - Controlar espécies exóticas e invasoras			200 000€			
5.2.3 - Plantação/ sementeira/ estacaria de espécies características dos habitats potenciais			50 000€			

Medida 5.3**Implementar medidas de monitorização e controlo populacional de espécies de Ungulados.**

O crescimento das populações de ungulados selvagens, em particular do javali (*Sus scrofa*) e do corço (*Capreolus capreolus*), tem sido identificado como um fator de pressão crescente sobre os habitats e a fauna da PPSA, com impactos diretos na regeneração natural da vegetação e na perturbação de espécies sensíveis. Esta medida prevê a implementação de um programa de monitorização e controlo populacional, em articulação com entidades competentes, proprietários e associações de caçadores, assegurando a gestão adequada deste grupo faunístico no âmbito dos objetivos de conservação da área protegida.

Os incêndios rurais e a alteração das condições ecológicas verificadas nos últimos anos na Paisagem Protegida da Serra do Açor contribuíram para alterações na dinâmica e distribuição das populações

de ungulados selvagens, aumentando a pressão sobre áreas em regeneração natural e habitats ecologicamente mais sensíveis.

Em particular, o aumento da presença de javali (*Sus scrofa*) e corço (*Capreolus capreolus*) tem vindo a provocar impactes significativos na regeneração da vegetação autóctone, na recuperação dos habitats afetados pelo fogo e na conservação de espécies florísticas de elevado valor ecológico, dificultando os processos de recuperação ecológica da paisagem.

Neste contexto, torna-se fundamental implementar ações de monitorização, acompanhamento e controlo populacional destas espécies, promovendo uma gestão adaptativa e sustentável das populações de ungulados, compatibilizando a conservação da biodiversidade, a recuperação dos habitats naturais e a gestão equilibrada da fauna existente na PPSA.

Estimativa de orçamento de 40 000 €

Medida	Entidades Envolvidas		Investimento		Temporalidade	Prioridade
	Coordenadores	Principais Parceiros	Estimativa de investimento (€)	Fontes de financiamento		
5.3 - Implementar medidas de monitorização e controlo populacional de espécies de Ungulados.	ICNF, IP	Proprietários; Universidades/ Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; Associações Florestais; APA/ARH-C; ONGA	40 000,00	Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Programa LIFE; Centro 2030; outros	2026-2027	1

Orçamento Total

EIXO 1	115 000,00 €
EIXO 2	35 000,00 €
EIXO 3	1 149 000,00 €
EIXO 4	160 000,00 €
EIXO 5	1 620 000,00 €
TOTAL	3 079 000€

6. Instrumentos e Linhas de Financiamento

De acordo com o artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto:

- 1- Ao financiamento das medidas e das ações constantes no plano de cogestão aplicam-se os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade.

- 2- O financiamento deve, ainda, obedecer a princípios de sustentabilidade económica num horizonte de médio prazo.
- 3- O financiamento das medidas e ações constantes no plano de cogestão processa-se de acordo com metas objetivas a alcançar.
- 4- Sem prejuízo das verbas disponibilizadas, anualmente, pelo Fundo Ambiental, ou por outros cuja missão seja compatível com as medidas e ações previstas no plano de cogestão, tais medidas e ações podem ser financiadas por:
 - a) Receitas próprias do ICNF, I. P.;
 - b) Receitas próprias das demais entidades representadas na comissão de cogestão;
 - c) Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à área protegida;
 - d) Verba disponibilizada pelo município abrangido pela área protegida;
 - e) Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;
 - f) Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;
 - g) Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;
 - h) Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.
- 5- As candidaturas a financiamento nacional ou da União Europeia para a execução de medidas constantes no plano de cogestão devem beneficiar os coeficientes de majoração na sua avaliação.

A comissão de cogestão, com o apoio do conselho estratégico, procurará identificar os melhores instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida.

7. Monitorização

O Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, prevê a definição de um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização comuns para as áreas protegidas, indicadores estes que devem ser integrados nos planos de cogestão, embora cada comissão de cogestão deva adotar medidas específicas para cada território. Tendo por base a Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, foram considerados os indicadores mínimos para as diferentes áreas protegidas, alinhados com os projetos e ações preferenciais elencados no n.º 3 do artigo 12º do referido decreto-lei.

Para avaliar os resultados verificados para cada um dos eixos, será definida a situação de referência para cada indicador, ou seja, o referencial antes do início da implementação de qualquer das medidas definidas.

Para cada uma das ações, foram também definidas metas, que se procuram atingir.

Atendendo aos impactes provocados pelos incêndios rurais de 2017 e 2025 na Paisagem Protegida da Serra do Açor, os indicadores definidos deverão igualmente permitir avaliar a evolução da recuperação ecológica e funcional do território, nomeadamente ao nível da recuperação de habitats naturais, controlo de espécies invasoras, valorização da regeneração natural, recuperação de infraestruturas degradadas e implementação de ações de silvicultura preventiva e gestão sustentável da paisagem.

Os indicadores de monitorização deverão ainda contribuir para avaliar o reforço da resiliência dos ecossistemas da PPSA face aos incêndios rurais e às alterações climáticas, bem como a eficácia das ações desenvolvidas no âmbito da conservação da natureza, recuperação pós-incêndio, sensibilização ambiental, valorização da visita e envolvimento da comunidade local.

Tabela 6 - Ações e Indicadores de Referência aplicáveis à cogestão na PPSA

Eixos Estratégicos	Ações	Indicadores de Referência (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março)	Situação de Referência (2026)	Meta	Unidades a realizar	Unidade de Medida
EIXO 1 – Informação e Comunicação	1.1.1 - Desenvolver conteúdos de divulgação/informação	Nº de novos folhetos informativos	1000	5000	+4000	Nº
		Nº de entidades envolvidas na elaboração de informação	0	4	+4	
	1.1.2 - Promover eventos de divulgação/formação sobre os valores naturais e a área protegida	Nº de novos aderentes à marca Natural.pt e tipologias de novos produtos e serviços	0	2	+2	Nº
		Nº de cartazes publicitários referentes à PPSA colocados	0	2	+2	
		Criação de uma nova rede social para divulgação de atividades e informação sobre a PPSA.	0	1	+1	
		Nº de Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais da AP.	2	5	+3	
	1.1.3 - Desenvolver novos roteiros turísticos	Nº de visitantes contabilizados através de empresas de turismo	250	500	+250	Nº
		Nº de visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP	4 000/ano	6 000/ano	+2000	
		Nº de novas parcerias realizadas com entidades ligadas ao turismo	2	5	+3	
		Nº de novas portas de entrada em roteiros da AP	1	2	+1	

Eixos Estratégicos	Ações	Indicadores de Referência (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março)	Situação de Referência (2026)	Meta	Unidades a realizar	Unidade de Medida
	1.1.4 - Monitorizar a utilização de espaços-chave com sistemas de contabilização.	Nº de novos contadores Instalados	2	3	+1	Nº
	1.1.5 - Desenvolver e implementar campanhas de sensibilização junto da população residente e visitante, sobre a prevenção de incêndios rurais, boas práticas de utilização do território e importância da conservação dos valores naturais da PPSA. As campanhas incluirão materiais gráficos (cartazes, desdobráveis), presença em eventos locais e divulgação nas redes sociais.	Nº de campanhas	0	1 campanha anual	4	Nº
	1.1.6 - Promover conteúdos de divulgação associados à recuperação ecológica e paisagística das áreas afetadas pelos incêndios	Nº de atualizações de conteúdos de divulgação	0	1 atualização anual	4	Nº
	1.1.7 - Implementar sinalética interpretativa e informativa nas áreas intervencionadas e espaços de maior	Nº de painéis	2	96	94	Nº

Eixos Estratégicos	Ações	Indicadores de Referência (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março)	Situação de Referência (2026)	Meta	Unidades a realizar	Unidade de Medida
	sensibilidade ecológica					
	1.2.1 - Elaborar um Plano de Comunicação	Nº de iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP % de reclamações/queixas realizadas e reclamações resolvidas	0 0	5 100%	+5	Nº %
EIXO 2 – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	2.1.1 - Realizar ações de voluntariado	Nº Ações voluntariado realizadas na PPSA Nº Participantes em ações sobre valores naturais e boas práticas para usufruto do território Nº Entidades envolvidas nos projetos colaborativos da PPSA	0 0 0	2/ano 100/ano 6	+6 +300 +6	Nº
	2.2.1 - Colaborar nos programas escolares de Educação Ambiental	Nº de atividades de educação ambiental realizadas Nº de alunos envolvidos nas atividades	2/ano 30/ano	5/ano 60/ano	+15 +180	Nº
	2.2.2 - Realizar workshops/seminários	Nº de workshops desenvolvidos por ano Nº de participantes em workshops	0 0	4 100/ano	+4 +300	Nº
	2.2.3 - Realizar atividades comemorativas com âmbito educacional	Nº de atividades comemorativas desenvolvidas com âmbito educacional	2	4	+2	Nº
	3.1.1 - Recuperar estruturas de visitação existentes	Nº de infraestruturas intervencionadas Nº Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação.	2 2	5 7	5	Nº
EIXO 3 – Valorização de Estruturas de Visitação Existentes	3.1.2 – Proceder à aquisição de equipamento para apoio à visitação	Nº de novos equipamentos para apoio à visitação	2	10	+10	Nº

Eixos Estratégicos	Ações	Indicadores de Referência (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março)	Situação de Referência (2026)	Meta	Unidades a realizar	Unidade de Medida
	3.1.3 – Beneficiar viveiro existente na Mata da Margaraça	Nº de novos materiais adquiridos para o viveiro	0	20	+20	Nº
	3.2.1 – Proceder à limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres, com prioridade para o percurso de acesso à Fraga da Pena (passadiço e caminho até à cascata)	Nº de rotas e percursos interpretativos operacionais na PPSA	0	4	+1	Nº
	3.2.2 - Recuperação da Rede viária na PPSA - regularização da plataforma, estabilização/correção de deslizamentos de terras, recuperação e beneficiação do sistema de drenagem de águas pluviais	Troços de rede viária em bom estado	0	13	13	km
	3.2.3 - Restabelecimento de infraestruturas de suporte à recuperação de habitats e à valorização da visitação e da utilização pública na PPSA	Troços de rede viária em bom estado	0	1.8	1.8	km
EIXO 4 – Estudos, Ações de	4.1.1 - Estabelecer protocolos com					

Eixos Estratégicos	Ações	Indicadores de Referência (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março)	Situação de Referência (2026)	Meta	Unidades a realizar	Unidade de Medida
Monitorização e Investigação Científica	as Universidades para desenvolvimento de estudos nas diferentes áreas como o ambiente, turismo e sociologia	Nº de projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP	0	1	+1	Nº
	4.1.2 – Implementar um programa de monitorização de espécies ameaçadas na PPSA	Nº de projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP	0	2	+2	Nº
	4.2.1 - Construir repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas	Nº de plataformas de base de dados criadas	0	1	+1	Nº
	4.2.2 - Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA	Nº de novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP Nº de novas publicações existentes no sistema de informação.	0 0	2 20	+2 +20	Nº
Eixo 5 Conservação e gestão sustentável dos valores naturais	5.1.1 - Ações de estabilização	Área da PPSA com ações de estabilização	1	81ha	80	ha
	5.1.2 – Gestão seletiva do estrato arbustivo – Mata da Margaraça	Área gerida	0	70	70	Há
	5.1.3 - Podas de formação/condição para alto fuste – Mata da Margaraça	Área intervencionada	0	20	20	Há
	5.1.4 - Plantações de espécies características dos habitats protegidos – Mata da Margaraça	Área intervencionada	0	20	20	Há

Eixos Estratégicos	Ações	Indicadores de Referência (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março)	Situação de Referência (2026)	Meta	Unidades a realizar	Unidade de Medida
Eixo 5 Conservação e a gestão sustentável dos valores naturais	5.1.5 - Viveiro	Instalação de viveiro local	-	Viveiro local em funcionamento	1	Nº
	5.1.6 - Aquisição de terrenos	Área de terrenos adquiridos	0	50	50	Há
	5.1.7 - Aquisição de equipamento: estilhaçador	Aquisição de estilhaçador	-	Aquisição de estilhaçador	1	Nº
	5.2.1 - Cortes seletivos de vegetação não características dos habitats a restaurar na PPSA	Área a intervir	0	100	100	Há
	5.2.2 - Controlar espécies exóticas e invasoras	Área a intervir	2ha	80ha	78	Há
	5.2.3 - Plantação/semearia/estacaria de espécies características dos habitats potenciais	Área a intervir	0	100	100	Há
	5.3. - monitorização e controlo populacional de espécies de Ungulados	Número de ações de correção da densidade populacional	-	5 ações	5	Nº
Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da PPSA (nº de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ nº total de iniciativas de participação pública)			0	70	70	%

Eixos Estratégicos	Ações	Indicadores de Referência (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março)	Situação de Referência (2026)	Meta	Unidades a realizar	Unidade de Medida
Financiamento do plano de cogestão da PPSA (financiamento existente/ financiamento necessário)			5	100	95	%
Execução de projetos e ações previstas no plano de cogestão da PPSA - execução física e financeira			0	100	100	%

8. Publicitação e divulgação

Onde será publicitada a informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida?

A informação e a comunicação das intervenções e atividades realizadas no âmbito da Cogestão, serão divulgadas nos sites oficiais da Câmara Municipal de Arganil e do ICNF, I. P., assim como dos respetivos parceiros. A informação relevante para a visita à área protegida constará no site do ICNF, I. P., e no site da marca Natural.pt.

A promoção e divulgação das atividades a realizar no âmbito da cogestão da PPSA constarão nos respetivos sites oficiais, Agenda Municipal da Câmara Municipal de Arganil e nas redes sociais Facebook e Instagram da Câmara Municipal de Arganil e do ICNF, I.P.

Como será feita a divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida?

Todas as ações de informação e comunicação realizadas pela comissão de cogestão serão promovidas através da Câmara Municipal de Arganil e o ICNF, I.P.

Anexo - Descrição Ações Específicas (Fichas da ação)

Ação 1.1.1. - Desenvolver conteúdos de divulgação/informação			
Descrição			
Compilar e desenvolver informação referente à PPSA			
Objetivo			
Desenvolver novos conteúdos sobre a PPSA			
Entidades envolvidas			
Entidade responsável (coordenadora)	CMA, ICNF		
Entidades parceiras	ESAC, UC		
Investimento total estimado			
6 000 €			
Possíveis fontes de financiamento			
Fundo Ambiental			
Cronograma financeiro			
2026	2027	2028	2029
-	2 000€	2 000€	2 000€
Metas			
Atualização de flyers e panfletos existentes. Atualizar informação da PPSA de pelo menos 4 folhetos.			
Aumentar o número de entidades envolvidas na elaboração de informação. Existir pelo menos 4 entidades envolvidas na elaboração da informação.			
Indicadores de Realização (Outputs)			
Nº de novos folhetos informativos			
Nº de entidades envolvidas na elaboração de informação			

Ação 1.1.2. - Promover eventos de divulgação/formação sobre os valores naturais e a área protegida.

Descrição

Promoção de eventos e divulgação à comunidade local através da marca Natural.pt, de redes sociais e cartazes publicitários.

Objetivo

Obter um maior número de entidades envolvidas nas atividades da comissão de cogestão da PPSA

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	ESAC, UC

Investimento total estimado

4000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
1 000€	1 000€	1 000€	1 000€

Metas

Aumentar o número de visitantes e entidades envolvidas com a PPSA, pela criação de novos métodos de publicitação e métodos mais próximos das comunidades.

Atualização e promoção da marca Natural.pt;

Criação de um instagram dedicado à PPSA;

Promoção da PPSA com cartazes e folhetos junto das populações (1 cartaz por ano na vila de Arganil).

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novos aderentes à marca Natural.pt

Nº de cartazes publicitários referentes à PPSA colocados

Criação de uma nova rede social para divulgação de atividades e informação sobre a PPSA.

Nº de Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais da AP.

Ação 1.1.3. - Desenvolver novos roteiros turísticos**Descrição**

Atualmente os grupos de visitantes organizados que visitam a PPSA, são coordenados por uma entidade turística. A criação de parcerias com novas entidades turísticas, em que as suas rotas tenham como destino os pontos de interesse desta Área Protegida e assim, dinamizá-la.

Objetivo

Criar parcerias com entidades ligadas ao turismo para aumentar o número de visitantes.

Entidades envolvidas

**Entidade responsável
(coordenadora)**

ICNF

Entidades parceiras

JFB, CMA, ESAC, AE Arganil

Investimento total estimado

10 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental; Centro 2030

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
2 500€	2 500€	2 500€	2 500€

Metas

Aumento do número de visitantes em 20%

- Criação de novos roteiros, novas parcerias e criação de 2 portas de entrada na AP

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de visitantes contabilizados através de empresas de turismo

Nº de visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP

Nº de novas parcerias realizadas com entidades ligadas ao turismo

Nº de novas portas de entrada em roteiros da AP

Ação 1.1.4. – Monitorização da utilização de espaços-chave na PPSA com sistemas de contabilização

Descrição

Atualmente existem na PPSA sistemas de contabilização já instalados, no entanto, é necessário contabilizar visitantes em outros espaços-chave como a aldeia de Pardieiros e caminhos pedestres existentes ao longo da PPSA

Objetivo

Captar a utilização de novos espaços pelos visitantes e dispersar os utilizadores de espaços com muita pressão.

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

APFCA

Investimento total estimado

3 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Centro 2030

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	3 000€	-	-

Metas

Capacitar a contabilização de indivíduos em novos espaços com potencial para visitação.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novos contadores instalados

Ação 1.1.5. – Desenvolver e implementar campanhas de sensibilização junto da população residente e visitante, sobre a prevenção de incêndios rurais, boas práticas de utilização do território e importância da conservação dos valores naturais da PPSA. As campanhas incluirão materiais gráficos (cartazes, desdobráveis), presença em eventos locais e divulgação nas redes sociais.

Descrição

Realização de ações de sensibilização sobre prevenção de incêndios rurais e conservação da natureza.

Objetivo

Promover comportamentos responsáveis, reduzir fatores de risco e reforçar a proteção dos valores naturais da PPSA.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)

Município de Arganil, ICNF

Entidades parceiras

ESAC, AE Arganil ONGAs, JFB, APFCA

Investimento total estimado

5 000€

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental; Centro 2030

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
1 500€	1 500€	1 000€	1 000€

Metas

Realização de uma campanha anual

Indicadores de Realização (Outputs)

N.º de campanhas

Ação 1.1.6. – Promover conteúdos de divulgação associados à recuperação ecológica e paisagística das áreas afetadas pelos incêndios

Descrição

Desenvolvimento e divulgação de conteúdos informativos e interpretativos sobre as ações de recuperação ecológica e paisagística em curso na PPSA, destacando os processos de regeneração natural, restauro de habitats e reforço da resiliência do território após os incêndios.

Objetivo

Sensibilizar a população para a importância da recuperação dos ecossistemas, divulgar as intervenções realizadas e promover o envolvimento da comunidade na conservação da PPSA.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

CMA, UC, ESAC, ONGAs

Investimento total estimado

8 000€

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental; Centro 2030

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
3 000€	2 000€	2 000€	1 000€

Metas

Realizar uma atualização anual

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de atualizações de conteúdos de divulgação

Ação 1.1.7. – Implementar sinalética interpretativa e informativa nas áreas intervencionadas e espaços de maior sensibilidade ecológica

Descrição

Instalação de Estruturas de Sinalização e Interpretação na PPSA nos locais objeto de intervenção de recuperação pós-incêndio, nas entradas da PPSA e nas áreas de maior sensibilidade ecológica.

Instalação de painel interpretativo de grande formato à entrada da Fraga da Pena, com informação sobre geologia, fauna e flora, em português e inglês.

Objetivo

Os painéis deverão identificar os habitats presentes, as espécies de interesse, as ações em curso e as boas práticas de visita. Desta maneira será possível melhorar a experiência de visita, ordenar a circulação em zonas sensíveis e comunicar *in situ* o valor natural e o trabalho de recuperação da PPSA.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	CMA, JFB, ESAC, UC

Investimento total estimado

69 000€

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental; Centro 2030

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
40 000€	29 000€	-	-

Metas

Aquisição de 25 painéis interpretativos e informativos e 70 placas de sinalização

Aquisição de mesas para realização de trabalhos manuais

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de painéis

Ação 1.2.1. - Elaborar um Plano de Comunicação**Descrição**

A Elaboração do Plano de Comunicação baseia-se na necessidade de existirem normas e linhas orientadoras a seguir para todo o tipo de informação que se pretenda divulgar. Serão divulgadas as atividades em redes sociais, *sites* dos membros da comissão de cogestão e pontos de interesse.

Objetivo

Elaborar um Plano de Comunicação

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

ONGAs, CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA, AE Arganil, FENÇAÇA

Investimento total estimado

10 000€

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	10 000€	-	-

Metas

Plano de Comunicação finalizado em 2027

Definição de iniciativas no âmbito da cogestão da AP

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP

Ação 2.1.1. - Realizar ações de voluntariado**Descrição**

Implementar diversas atividades alocadas à população em geral, como por exemplo:

- Controlo de espécies exóticas e invasoras
- Recolha de lixo pela PPSA
- Auxílio à população da PPSA na manutenção do exterior das suas residências

Objetivo

Desenvolver competências pessoais, interpessoais e profissionais da comunidade em geral

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ESAC, UC, APFCA
Entidades parceiras	ICNF, CMA, JFB, AE Arganil, FENCAÇA, ONGAs

Investimento total estimado

20 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
2 500€	2 500€	12 500€	2 500€

Metas

Aumentar número de atividades de Educação Ambiental realizadas.

Realizar no mínimo 2 atividades de Educação Ambiental por ano.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº Ações voluntariado realizadas na PPSA

Nº Participantes em ações sobre valores naturais ou práticas desenvolvidas na PPSA

Nº Entidades envolvidas nos projetos colaborativos da PPSA

Ação 2.2.1. - Colaborar nos programas escolares de Educação Ambiental

Descrição

Realização de atividades com os alunos de escolas do concelho e concelhos limítrofes como por exemplo:

- O ICNF vais à escola
- Instalação de caixas-ninho na PPSA
- Instalação de câmaras na PPSA
- Observação de Pegadas
- Os Exploradores

Objetivo

Realização de um calendário de atividades de Educação Ambiental com as escolas do concelho de Arganil

Novas cooperações com escolas dos concelhos limítrofes

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)

ICNF, CMA

Entidades parceiras

ESAC, UC, JFB, APFCA, ONGAs, AE Arganil

Investimento total estimado

10 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Câmara Municipal de Arganil

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
2 500€	2 500€	2 500€	2 500€

Metas

Aumentar o número de atividades de Educação Ambiental realizadas com as diversas escolas

Realizar 2 atividades por ano na PPSA

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de atividades realizadas

Nº de alunos envolvidos nas atividades

Ação 2.2.2. – Realizar workshops/seminários**Descrição**

Realização de workshops e seminários como por exemplo:

- A Fauna da PPSA
- A Flora da PPSA
- Estudos realizados na PPSA
- Identificação de cogumelos

Objetivo

Envolver a comunidade com a PPSA através de conteúdo informativo e de cariz educacional

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA, ONGAs, AE Arganil, FENÇAÇA

Investimento total estimado

3 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Câmara Municipal de Arganil

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	1 000€	1 000€	1 000€

Metas

Aumentar o número de workshops/seminários desenvolvidos (realização no mínimo de 2 atividades por ano)
 Cativar a população a participar em atividades com cariz educacional.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de workshops desenvolvidos por ano
 Nº de participantes em workshops

Ação 2.2.3. - Realizar atividades comemorativas com âmbito educacional**Descrição**

Realização de atividades comemorativas com âmbito educacional:

- Aniversário da PPSA (3 de março)
- Dia da Floresta Autóctone (23 de novembro)

Objetivo

Assinalar datas com importância para a Área Protegida

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

CMA, ESAC, UC, JFB, APFCA, ONGAs, AE Arganil

Investimento total estimado

2 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
500€	500€	500€	500€

Metas

Continuar a assinalar as datas com importância para a Área Protegida

Indicadores de Realização (Outputs)

Comemorar o Aniversário da PPSA (3 de março)
Comemorar o Dia da Floresta Autóctone (23 de novembro)

Ação 3.1.1. - Recuperar estruturas de visitação existentes**Descrição**

Obras de recuperação de diversas estruturas de visitação existentes na PPSA

- Casa Grande (Remodelação do edifício)
- Fornos e Moinhos (Reconstrução das diferentes estruturas para auxílio à visitação)
- Fraga da Pena (Reposição de infraestruturas afetadas pelos incêndios ou outras)
- Dotar casa da Eira com eletricidade

Objetivo

Recuperar infraestruturas que apresentam alguma degradação

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

CMA, ICNF

Entidades parceiras

-

Investimento total estimado

105 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
40 000€	25 000€	20 000€	20 000€

Metas

Melhorar o estado de conservação de pelo menos 2 infraestruturas

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de infraestruturas intervencionadas

Nº Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação.

Ação 3.1.2 – Proceder à aquisição de equipamento para apoio à visita**Descrição**

Aquisição de novo equipamento de apoio à visita existentes na PPSA

- Aquisição de bancos em madeira para a PPSA
- Aquisição de corrimões em madeira para a PPSA
- Aquisição de mesas para a PPSA

Objetivo

Recuperar infraestruturas que apresentam alguma degradação

Entidades envolvidasEntidade responsável
(coordenadora)

CMA, ICNF

Entidades parceiras

-

Investimento total estimado

15 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
15 000€	-	-	-

Metas

Aumento do número de estruturas de apoio à visita

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novas estruturas adquiridas

Ação 3.1.3. - Beneficiar viveiro existente na Mata da Margaraça**Descrição**

O viveiro existente na Mata da Margaraça, é utilizado como apoio para albergar algumas plantas até à plantação. Este viveiro tem potencial para com algumas intervenções, nomeadamente aquisição de material, poder proporcionar aos visitantes pequenas experiências com algumas atividades, nomeadamente no que respeita ao processo de produção de plantas.

Objetivo

Criar condições para serem desenvolvidas atividades de cariz educacional no viveiro.

Entidades envolvidas

**Entidade responsável
(coordenadora)**

ICNF

Entidades parceiras

ESAC, UC

Investimento total estimado

20 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	10 000€	5 000€	5 000€

Metas

Remodelação do Viveiro

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novos materiais adquiridos para o viveiro

Ação 3.2.1. – Proceder à limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres			
Descrição			
A limpeza e manutenção de trilhos e percursos pedestres para realização de atividades na PPSA			
Objetivo			
Manter trilhos e percursos pedestres em boas condições para a realização de atividades na PPSA			
Entidades envolvidas			
Entidade responsável (coordenadora)		ICNF	
Entidades parceiras		APFCA	
Investimento total estimado			
9 000 €			
Possíveis fontes de financiamento			
Centro 2030			
Cronograma financeiro			
2026	2027	2028	2029
-	3 000€	3 000€	3 000€
Metas			
Limpeza de 4 percursos pedestres e trilhos anualmente			
Indicadores de Realização (Outputs)			
Nº de percursos pedestres e trilhos limpos por ano			

Ação 3.2.2. – Recuperação da Rede viária na PPSA - regularização da plataforma, reposição de pavimento, estabilização/correção de deslizamentos de terras , recuperação e beneficiação do sistema de drenagem de águas pluviais

Descrição

Desenvolvimento de solução de projeto e realização de intervenções de recuperação e beneficiação da rede viária da PPSA, incluindo a regularização da plataforma das estradas e dos caminhos, reposição de pavimentos degradados e estabilização de zonas afetadas por deslizamentos ou erosão, intervenções de recuperação, limpeza e beneficiação das infraestruturas de drenagem de águas pluviais, assegurando o correto escoamento das águas e a funcionalidade da rede existente.

Objetivo

Melhorar as condições de circulação e acesso, garantir a operacionalidade da rede viária para apoio à gestão, proteção e restauro da área protegida e reduzir os riscos associados à erosão e instabilidade dos taludes.

Melhorar a gestão do escoamento superficial e aumentar a resiliência das infraestruturas da PPSA.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF, Município de Arganil
Entidades parceiras	JFB, JFCerdeira Moura da Serra

Investimento total estimado

500 000€

Possíveis fontes de financiamento

PTRR, Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
500 000€	-	-	-

Metas

Recuperação de 13km da rede viária da PPSA e do respetivo sistema de drenagem de águas pluviais

Indicadores de Realização (Outputs)

Troços de rede viária em bom estado.

Ação 3.2.3. – Restabelecimento de infraestruturas de suporte à recuperação de habitats e à valorização da visita e da utilização pública na PPSA

Descrição

Desenvolvimento de solução de projeto e realização de intervenções de recuperação da rede viária que atravessa a Mata da Margaraça parcialmente destruída pelas enxurradas ocorridas durante as tempestades após o incêndio de 2025. Inclui a estabilização de zonas afetadas por deslizamentos de terras ou erosão, regularização da plataforma, reposição de pavimentos degradados e intervenções de recuperação, limpeza e recuperação das infraestruturas de drenagem de águas pluviais, assegurando o correto escoamento das águas e a funcionalidade da rede existente.

Objetivo

Garantir condições de circulação e acesso à Mata da Margaraça, permitir a operacionalidade da rede viária para gestão, proteção e visita da área protegida e reduzir os riscos associados à erosão e instabilidade dos taludes.

Melhorar a gestão do escoamento superficial e aumentar a resiliência das infraestruturas da PPSA.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)

Município de Arganil

Entidades parceiras

-

Investimento total estimado

500 000€

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
500 000€	-	-	-

Metas

1,8km da rede viária que atravessa a Mata da Margaraça e respetivo sistema de drenagem de águas pluviais recuperados

Indicadores de Realização (Outputs)

Troços de rede viária em bom estado.

Ação 4.1.1. - Estabelecer protocolos com as Universidades para desenvolvimento de estudos nas diferentes áreas como o ambiente, turismo e sociologia

Descrição

O desenvolvimento de estudos entre estabelecimentos de ensino com a área protegida tem sido recorrente, no entanto, muito por vontade própria de alunos e docentes. A existência de um enorme potencial para a criação de mais objetos de novos estudos evidência uma necessidade de reforçar os apoios aos mesmos.

Objetivo

Criação de protocolos com Universidades e Politécnicos

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	ESAC, UC

Investimento total estimado

60 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental; Centro 2030

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	20 000€	20 000€	20 000€

Metas

Criação de novas parcerias entre entidades gestoras e estabelecimentos de ensinos.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de projetos de inovação aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP
Nº de projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP

Ação 4.1.2. - Implementar um programa de monitorização de espécies e habitats ameaçadas na PPSA

Descrição

A perda de espécies e habitats é um problema com cada vez maior expressão. A necessidade de monitorizar espécies e habitats, por forma a poder realizar intervenções necessárias, resulta de um programa de monitorização que é importantíssimo para a preservação das mesmas, sendo para tal é necessário fomentar a colaboração da população.

Objetivo

Monitorizar espécies e habitats ameaçados na PPSA

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ESAC, UC
Entidades parceiras	ICNF, APFCA, ONGAs

Investimento total estimado

60 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Fundo Ambiental; Centro 2030

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	20 000€	20 000€	20 000€

Metas

Identificar espécies alvo, para um programa de monitorização
Realizar um programa de monitorização para as espécies identificadas.

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na área protegida
Elaboração de um programa de monitorização

Ação 4.2.1. - Construir repositório digital de dados, publicações técnicas e/ou científicas**Descrição**

Desenvolvimento de um repositório alocado à Natural.pt com acesso restrito de dados e publicações que possa ser partilhado e consultado.

Objetivo

Existência de base de dados para consulta

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	CMA

Investimento total estimado

20 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Centro 2030

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	10 000€	5 000€	5 000€

Metas

Criação de uma plataforma *online* para base de dados

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de plataformas de base de dados criadas

Ação 4.2.2. - Sistema de Informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais da PPSA

Descrição

A existência de informação sobre percursos, pontos de interesse e valores naturais existentes na PPSA, está definida no *site* da Natural.pt, no entanto, esta informação não está em permanente atualização.

Pretende-se assim, o apoio a um técnico especializado, exclusivamente para a atualização e desenvolvimento de informação no *site* da Natural.pt ou outro a definir.

Objetivo

Desenvolver o sistema de informação

Entidades envolvidas

Entidade responsável
(coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

CMA

Investimento total estimado

20 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Centro 2030

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	10 000€	5 000€	5 000€

Metas

Valorização dos produtos endógenos da PPSA. Informação atualizada nos sistemas de informação *online*

Indicadores de Realização (Outputs)

Nº de novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP

Nº de novas publicações existentes no sistema de informação.

Ação 5.1.1. - Ações de estabilização – corte de material lenhoso queimado; colocação em barreiras em cordão ao longo das curvas de nível; estilhaçamento de material excedente

Descrição

Corte do material lenhoso queimado no incêndio de agosto de 2025, colocação em barreiras ao longo das curvas de nível e estilhaçamento do material excedente

Objetivo

Redução do risco de erosão do solo; melhoria das condições de regeneração natural das espécies; redução do risco de incêndio

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

150 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
150 000 €	-	-	-

Metas

Material lenhoso cortado e colocado em barreiras

Indicadores de Realização (Outputs)

100ha

Ação 5.1.2. - Gestão seletiva do estrato arbustivo na Mata da Margaraça – promoção da regeneração natural das espécies características dos habitats protegidos; gestão seletiva de espécies heliófilas; gestão do efeito de orla; gestão de combustíveis em áreas estratégicas para prevenção estrutural

Descrição

Realização de cortes seletivos do estrato arbustivo na Mata da Margaraça, promovendo a regeneração natural das espécies características dos habitats protegidos, o controlo de espécies heliófilas, a gestão do efeito de orla e a redução da carga combustível em áreas estratégicas..

Objetivo

Promover a conservação dos habitats protegidos da Mata da Margaraça, favorecer a regeneração natural da *laurissilva relict*, melhorar a estrutura e resiliência do ecossistema e reduzir o risco de incêndio em áreas prioritárias

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

200 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
30 000 €	70 000 €	60 000 €	40 000 €

Metas

Gestão de 70 ha ao longo do período 2026–2029.

Indicadores de Realização (Outputs)

Área gerida (ha); estado de conservação dos habitats monitorizados.

Ação 5.1.3. - Podas de formação/condução para alto fuste das áreas de antigo castiçal de baixo fuste

Descrição

Realização de podas de formação e condução para alto fuste nas áreas de antigo castiçal de baixo fuste existentes na PPSA, promovendo a melhoria estrutural da floresta e a valorização ecológica e produtiva do castanheiro.

Objetivo

Recuperação da estrutura florestal do castiçal e melhoria das condições fitossanitárias dos exemplares afetados por pragas (vespa-da-galha) e pelo fogo.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

50 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
20 000 €	15 000 €	10 000 €	5 000 €

Metas

Intervenção em 20 ha de castiçal.

Indicadores de Realização (Outputs)

Área intervencionada (ha)

Ação 5.1.4. - Plantações de espécies características dos habitats protegidos**Descrição**

Realização de plantações de espécies autóctones características dos habitats protegidos da PPSA, em áreas prioritárias para a conservação e recuperação ecológica.

Objetivo

Promover a recuperação dos habitats protegidos, reforçar a presença das espécies características e aumentar a resiliência ecológica dos ecossistemas.

Entidades envolvidas**Entidade responsável
(coordenadora)**

ICNF

Entidades parceiras

Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

70 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	25 000€	25 000€	20 000€

Metas

Plantação de 20 ha de espécies autóctones dos habitats protegidos da PPSA

Indicadores de Realização (Outputs)

Área intervencionada (ha)

Ação 5.1.5. - Viveiro – produção de plantas para ações de restauro a partir de sementes colhidas na Margaraça

Descrição

Instalação e funcionamento de um viveiro destinado à produção de plantas autóctones a partir de sementes recolhidas na Mata da Margaraça, para utilização em ações de conservação e restauro ecológico na PPSA.

Objetivo

Assegurar a disponibilidade de material vegetal de proveniência local, apoiar as ações de restauro dos habitats naturais e promover a conservação do património genético das espécies autóctones da PPSA.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

150 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	90 000€	30 000€	30 000€

Metas

Instalação de viveiro local

Indicadores de Realização (Outputs)

Viveiro local

Ação 5.1.6. - Aquisição de terrenos – existem áreas com habitats protegidos na envolvente à Mata da Margaraça que são privados e cuja aquisição seria uma mais-valia

Descrição

Aquisição de prédios rústicos localizados em áreas de elevado interesse ecológico na envolvente da Mata da Margaraça, integrando habitats naturais relevantes para a conservação da biodiversidade e para a expansão das áreas objeto de gestão ativa.

Objetivo

Reforçar a conservação dos habitats protegidos, promover a continuidade ecológica da Mata da Margaraça, facilitar a implementação de ações de restauro e assegurar uma gestão integrada e de longo prazo dos valores naturais da PPSA.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)	ICNF
Entidades parceiras	Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

500 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	200 000€	200 000€	100 000€

Metas

Aquisição de 50 ha

Indicadores de Realização (Outputs)

Área de terrenos adquiridos

Ação 5.1.7. - Aquisição de equipamento: estilhaçador**Descrição**

Aquisição de um estilhaçador destinado ao processamento de material lenhoso e sobranes resultantes de ações de gestão florestal, conservação da natureza e manutenção de habitats na PPSA.

Objetivo

Valorizar os resíduos vegetais produzidos nas intervenções de gestão, reduzir a acumulação de combustíveis florestais e apoiar as ações de conservação e restauro ecológico da área protegida.

Entidades envolvidas**Entidade responsável (coordenadora)**

ICNF

Entidades parceiras

Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

60 000 €

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
60 000 €	-	-	-

Metas

Aquisição de estilhaçador

Indicadores de Realização (Outputs)

Aquisição de estilhaçador

Ação 5.2.1. - Cortes seletivos de vegetação não características dos habitats a restaurar e promoção da regeneração natural das espécies características dos habitats potenciais da PPSA

Descrição

Implementação de intervenções de gestão da vegetação com vista à recuperação da composição florística natural dos ecossistemas, favorecendo a instalação e desenvolvimento das espécies autóctones e a evolução dos habitats para estados de conservação mais favoráveis

Objetivo

Promover a recuperação dos habitats naturais através do controlo de vegetação não característica e do favorecimento da regeneração natural das espécies autóctones.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia;
APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

250 000€

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
	100 000€	100 000€	50 000€

Metas

Cortes seletivos de vegetação e promoção da regeneração natural da PPSA de 100 ha

Indicadores de Realização (Outputs)

Área a intervir

Ação 5.2.2. - Controlar espécies exóticas e invasoras**Descrição**

Implementação de ações sistemáticas de controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras na PPSA, com especial incidência na acácia (*Acacia dealbata* e *A. melanoxylon*) e no eucalipto (*Eucalyptus globulus*) em expansão nas áreas ardidas. As ações incluirão corte, tratamento de tocos e acompanhamento da regeneração de espécies autóctones.

Objetivo

Redução da cobertura de espécies invasoras e promoção da regeneração natural da vegetação autóctone nas áreas afetadas pelos incêndios.

Entidades envolvidas**Entidade responsável (coordenadora)**

ICNF

Entidades parceiras

Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia; APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

200 000€

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
50 000€	50 000€	50 000€	50 000€

Metas

Controlo de pelo menos 80 ha de área invadida; acompanhamento da evolução da regeneração natural.

Indicadores de Realização (Outputs)

Área intervencionada (ha); % de cobertura de invasoras antes e após intervenção.

Ação 5.2.3. - Plantação/sementeira/estacaria de espécies caraterísticas dos habitats potenciais em áreas fora da Margaraça com potencial de restauro dos habitats autóctones

Descrição

Realização de intervenções de restauro ecológico em áreas prioritárias da PPSA, através da introdução de material vegetal autóctone adequado às condições ecológicas locais, visando acelerar os processos de recuperação e consolidação dos habitats naturais.

Objetivo

Promover a recuperação dos habitats autóctones, aumentar a diversidade florística nativa e reforçar a resiliência ecológica do território.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia;
APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

50 000€

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
-	-	25 000€	25 000€

Metas

Plantação em 100 ha de espécies caraterísticas dos habitats potenciais em áreas fora da Mata da Margaraça

Indicadores de Realização (Outputs)

Área a intervir

Medida 5.3. - Implementar medidas de monitorização e controlo populacional de espécies de Ungulados.

Descrição

Desenvolvimento de ações de acompanhamento, avaliação e gestão das populações de ungulados presentes na PPSA, através da recolha sistemática de informação sobre a sua distribuição, abundância e impactes nos habitats naturais.

Objetivo

Monitorizar a evolução das populações de ungulados, avaliar os seus impactes sobre os habitats e a regeneração natural da vegetação e apoiar a definição de medidas de gestão adequadas à conservação dos ecossistemas.

Entidades envolvidas

Entidade responsável (coordenadora)

ICNF

Entidades parceiras

Universidades/Centros de investigação; Município; Juntas Freguesia;
APA/ARH-C; ONGA

Investimento total estimado

40 000€

Possíveis fontes de financiamento

Orçamento do Estado; Fundo Ambiental; Centro 2030; outros

Cronograma financeiro

2026	2027	2028	2029
10 000€	10 000€	10 000€	10 000€

Metas

Realização de cinco ações de correção da densidade populacional

Indicadores de Realização (Outputs)

N.º de ações de correção da densidade populacional